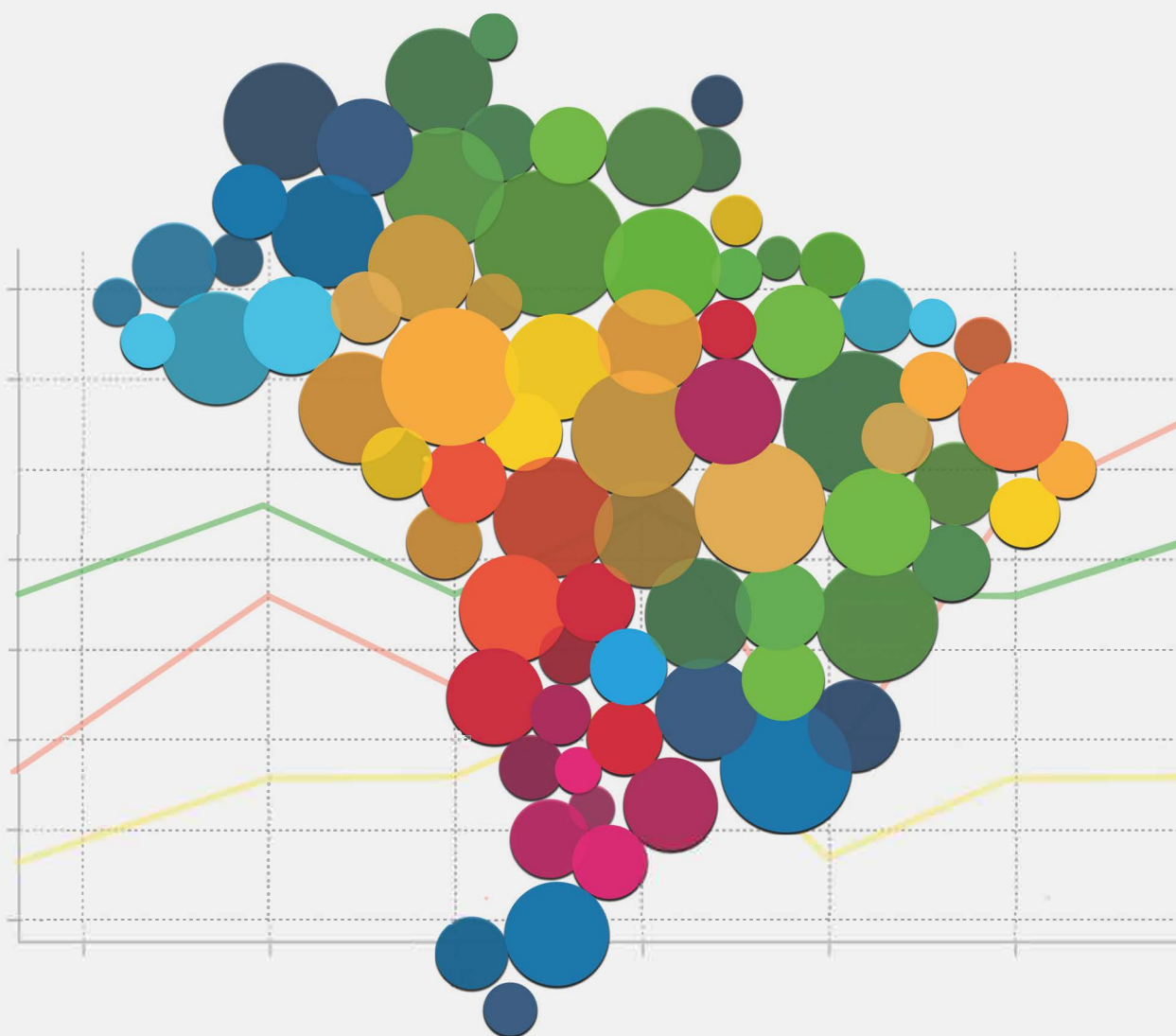




SUMÁRIO EXECUTIVO

COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Avaliando a crise de olho na recuperação
2021

COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Avaliando a crise de olho na recuperação

SUMÁRIO EXECUTIVO

Brasília, 2021

Copyright @ 2021

Todos os direitos reservados.

Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS).

Este relatório usou dados secundários de fontes oficiais. A responsabilidade pela interpretação e uso do material é do leitor.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

COVID-19 e desenvolvimento sustentável [livro eletrônico] : avaliando a crise de olho na recuperação : sumário executivo. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) : Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) : Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) : Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), 2021.

PDF

ISBN 978-85-88201-58-3

1. Ciências sociais 2. COVID-19 - Pandemia 3. Economia 4. Desenvolvimento sustentável 5. Desigualdades sociais.

21-70695

CDD-338.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento sustentável : Economia 338.9

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Avaliando a crise de olho na recuperação

SUMÁRIO EXECUTIVO

COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Avaliando a crise de olho na recuperação

Equipe

Coordenação geral

Betina Ferraz Barbosa

Coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano do PNUD

Contribuições (Pesquisa e estatística)

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) / Organização Mundial da Saúde (OMS):

Sandro Terabe, Mónica Padilla e Luciana de Deus Chagas.

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO):

Maria Rebeca Otero Gomes, Roberta Martins Guaragna, Rosana Sperandio Pereira, Aline Vieira e Fabio Soares Eon.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF):

Liliana Chopitea, Boris Diechtiareff, Willian Wives, Santiago Varella e Julia Albino.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

Fabio Assunção, Tianhui Zhong, Lara Borges e Gabriel Vettorazzo.

Colaborações especiais

Carlos Arboleda, Maristela Baioni, Cristiano Prado, Ieva Lazareviciute e Guilherme Takano, do PNUD Brasil.

Carolina Rivera, do PNUD /HDRO New York.

Daniel Höfling, da FACAMP.

Projeto gráfico e revisão ortográfica

Tatiana Portela

Apresentação

Uma radiografia do Brasil no enfrentamento da COVID-19

A pandemia da COVID-19 aprofundou as desigualdades e impactou de maneira decisiva todos os aspectos da vida de populações no mundo inteiro, expondo nossas fragilidades para o alcance do desenvolvimento humano e sustentável estabelecido pela Agenda 2030 das Nações Unidas. Embora todos os países sejam afetados, sociedades mais desiguais são as que mais sofrem com as consequências da pandemia.

No Brasil, embora tenham sido registrados importantes progressos de desenvolvimento nas últimas décadas, a pandemia atinge sobretudo a população em situação de maior fragilidade quanto ao desenvolvimento humano, tornando ainda mais evidentes as diferenças de acesso a importantes recursos, como a rede de proteção social, serviços públicos de saúde, acesso ao emprego e à renda e moradia adequada.

Diante desse cenário, uma recuperação eficaz dependerá de esforços conjuntos para fortalecer os sistemas de saúde, reforçar a proteção social, criar oportunidades econômicas, ampliar a colaboração multilateral e promover a coesão social. Além disso, o processo de recuperação pós-COVID-19 representa uma oportunidade histórica para se reimaginar as sociedades a partir de uma lente de direitos humanos e implementar as mudanças necessárias para se alcançar um futuro melhor para todas e todos.

Com o objetivo de contribuir com os esforços de recuperação no Brasil, um grupo de trabalho interagências reuniu especialistas do PNUD, do UNICEF, da UNESCO e da OPAS para a elaboração do presente relatório, intitulado **COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Avaliando a crise de olho na recuperação**. Além de possibilitar a compreensão dos diferentes aspectos do desenvolvimento que interagem com o surto da COVID-19 no país como um todo e em cada um de seus 26 estados e no Distrito Federal, o relatório busca estabelecer parâmetros para o devido acompanhamento do processo de recuperação ao longo dos próximos anos.

Por meio da seleção de 94 indicadores, divididos em dois painéis – um que trata do grau de preparação do Brasil e dos estados para enfrentar os desafios da COVID-19, e outro que mostra o perfil de vulnerabilidades em várias dimensões do desenvolvimento humano e sustentável –, o relatório apresenta um apanhado de dados que registra as desigualdades existentes e evidencia que um conjunto de novas desigualdades deverá emergir com força a partir da pandemia.

Dessa forma, fornece um marco que poderá orientar as ações de recuperação em todo o território brasileiro, considerando as especificidades de cada estado, para o alcance da igualdade, da resiliência e da sustentabilidade. Esta publicação poderá, ainda, ser utilizada como ferramenta para a construção de parcerias e para o alinhamento dos esforços de resposta aos efeitos da crise da COVID-19 no Brasil.

A pandemia evidenciou, portanto, a necessidade de planos ambiciosos que reinventem e reconstruam os sistemas sociais, econômicos, ambientais e sanitários, sem deixar ninguém para trás. A presente publicação é um importante instrumento que poderá apoiar os governos, as universidades, a sociedade civil e o setor privado no aprendizado sobre o momento atual e na definição de novos caminhos para o futuro do Brasil. É por meio do conhecimento, do diálogo, do trabalho conjunto e da cooperação que seremos capazes de enfrentar os grandes desafios impostos pela crise da COVID-19 e, assim, construir um país cada vez mais forte e inclusivo.

Socorro Gross

Representante da OPAS no Brasil

Katyna Argueta

Representante do PNUD no Brasil

Marlova Jovchelovitch Noletto

Diretora e representante
da UNESCO no Brasil

Florence Bauer

Representante do UNICEF no Brasil

Índice

APRESENTAÇÃO	iii
IMPACTOS DA COVID-19	9
A crise sistêmica da COVID-19	10
Chamada para a ação	11
Impacto para crianças e adolescentes	11
Impactos na educação	12
Impactos sobre as questões de gênero	12
Desigualdades nos sistemas públicos de saúde	13
As capacidades das pessoas e a resposta econômica	13
Acesso às tecnologias	14
RESPOSTA À CRISE	15
Medidas emergenciais e de recuperação	15
Medidas no Brasil	15
Painéis COVID-19 Brasil e estados	16
PILARES DA RECUPERAÇÃO SOCIOECONÔMICA	18
Recuperação resiliente e inclusiva	18
Pilar 1. Governança	18
Pilar 2. Proteção social	20
Pilar 3. Reimaginar o futuro para cada criança e adolescente	21
Pilar 4. Disrupção digital e inserção do Brasil em uma nova rota de desenvolvimento	23
Pilar 5. Economia verde	25
ALÉM DA COVID-19: TRANSFORMANDO O BRASIL	27
ANEXO 1. PAINÉIS	28
Painel 1. Preparo para enfrentar a pandemia	30
Painel 2. Vulnerabilidade à pandemia	41
ANEXO 2. METADADOS	49

IMPACTOS DA COVID-19

A crise sistêmica da COVID-19

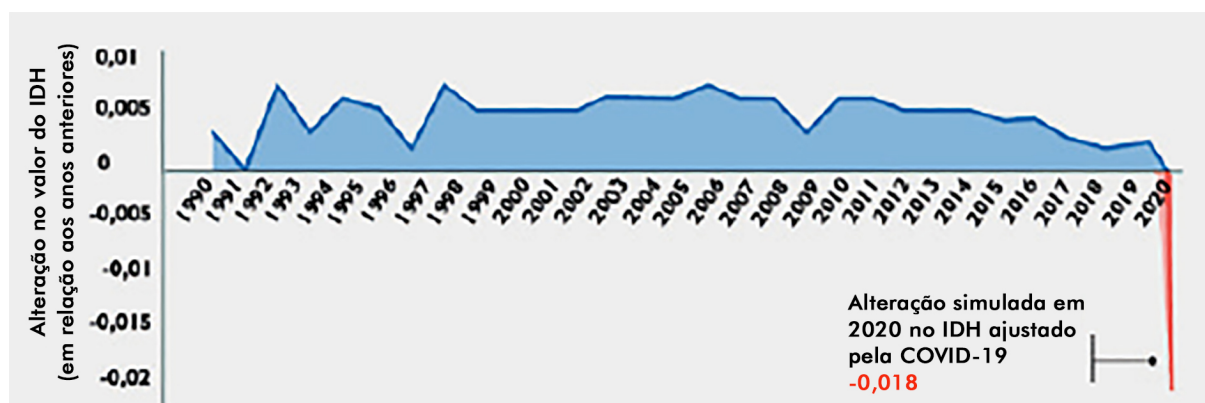
Considerada a pior crise sistêmica já vivida no planeta desde a criação das Nações Unidas, a pandemia da COVID-19 vem atingindo a população mundial de forma desproporcional, aprofundando desigualdades e, consequentemente, tornando mais distante o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os mais vulneráveis – países e populações – têm maior dificuldade de recuperação e o cenário, já complicado para muitos (como efeito da crise econômica de 2008), tornou-se ainda mais crítico, já que muitos recursos precisarão ser mobilizados para socorrer as vítimas diretas e indiretas da doença.

É importante lembrar que a pandemia se sobrepôs às tensões não resolvidas entre os indivíduos e os padrões tecnológicos, entre os indivíduos e o meio ambiente e entre os que

têm acesso a oportunidades e os que não o têm. Essas tensões já moldavam uma nova geração de desigualdades pertinentes às capacidades avançadas¹ para o desenvolvimento no século 21, conforme documentado no Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 (RDH 2019), ainda antes da pandemia.

Governos e sociedades enfrentam escolhas políticas, regulatórias e fiscais sem precedentes, pois agem para salvar vidas e estabelecer um caminho para um futuro sustentável. Os efeitos sobre o desenvolvimento humano nos países podem ser traduzidos pela tendência de queda nos níveis de desenvolvimento global, como explicitado na **Figura 1**. Na contra-mão deste prognóstico, os países têm realizado esforços significativos para debelar a crise motivada pela pandemia e reverter as perdas.

Figura 1. O desenvolvimento humano enfrenta um desafio sem precedentes desde que o conceito foi introduzido, em 1990



Fonte: Simulações do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano baseadas nos dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatística das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e da Organização Mundial da Saúde.

¹ As capacidades avançadas exprimem a liberdade de efetuar escolhas, tais como uma vida adulta longa e saudável, o acesso ao ensino superior ou mesmo às novas tecnologias, e refletem o acesso progressivo às novas oportunidades fundamentais ao desenvolvimento humano no século XXI. As capacidades básicas referem-se à liberdade de efetuar as escolhas necessárias à sobrevivência e à evasão ou ao escape da pobreza ou de outras privações sérias. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2019. Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova Iorque.

As escolhas políticas, hoje, podem delinear a forma como as diversas tensões entre as pessoas serão tratadas e como as desigualdades no desenvolvimento humano serão reduzidas. Se as desigualdades no desenvolvimento humano persistirem e crescerem em cenários de choque como o da COVID-19, as aspirações da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável não serão realizadas.

Chamada para a ação

A resposta política à COVID-19 deve equilibrar as prioridades de saúde pública e as atividades econômicas e sociais, além de acomodar medidas de curto prazo para mitigar a propagação do vírus e seus efeitos. Uma abordagem de desenvolvimento humano coloca a proteção e o aprimoramento das capacidades humanas como âncora central, numa perspectiva sistêmica e de longo prazo. As respostas econômicas e sociais, principalmente às relacionadas à saúde, devem ser moldadas para proteger e expandir capacidades durante e após a crise.

O Sistema Único de Saúde brasileiro é baseado na diretriz da universalidade e está inserido na trajetória histórica da proteção social. Se mecanismos sistêmicos estiverem em vigor e uma lente de equidade for aplicada, as perdas no desenvolvimento humano podem ser reduzidas e transformadas em oportunidades, no longo prazo. É preciso pensar nas intervenções não farmacológicas, na lógica da proteção social, além das assistenciais, e de maneira adequada visando sempre o bem-es-

tar da população em todos os seus níveis para avançarmos em uma construção duradoura e sustentável.

Impacto para crianças e adolescentes

A pandemia afeta todas as pessoas, incluindo as crianças e os adolescentes. A COVID-19 ampliou as lacunas de desigualdade e seus impactos sociais, econômicos e de saúde reverberarão nos próximos anos, ameaçando os direitos dessa parcela da população. Se no início da pandemia não foram considerados como grupos de risco direto, são elas, de fato, as vítimas ocultas da COVID-19.

O UNICEF estima que 5,5 milhões de crianças e adolescentes tiveram seu direito à educação negado em 2020 no Brasil². Além disso, famílias com crianças e adolescentes apresentaram maior queda na renda e maior insegurança alimentar em função da pandemia³. Os impactos para crianças e adolescentes podem perdurar por toda a vida. Por isso, é necessário atuar rapidamente para evitar retrocessos na educação, nutrição e pobreza infantil, entre outros. Em todo o mundo, milhões de pequenos e jovens estudantes estão longe das salas de aula desde março de 2020.

Sem deixar de lado as medidas essenciais para conter a propagação do novo coronavírus, é preciso ter clareza sobre os impactos do fechamento de escolas por um longo período na aprendizagem, na nutrição – uma vez que muitos deles dependem da me-

² UNICEF. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/114-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ainda-estao-fora-da-sala-de-aula-na-america-latina-e-no-caribe>

³ <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-situacao-de-criancas-e-adolescentes-se-agravou-consideravelmente-apos-nove-meses-pandemia>

renda escolar – e na segurança de crianças e adolescentes, em especial os mais vulneráveis.

Manter as escolas fechadas por muito tempo pode agravar ainda mais as desigualdades de aprendizagem, impactando em especial os que estão em situação de vulnerabilidade – entre eles, os moradores de comunidades e periferias, os indígenas e quilombolas e aqueles com deficiência. Os que já estavam em atraso escolar correm ainda mais risco de desistir da escola e não retornar quando as aulas presenciais voltarem.

Impactos na educação

Pelo menos 147 países tiveram as escolas fechadas, o que representa mais de 1,4 bilhão de crianças e jovens afetados, ou cerca de 86% da população estudantil mundial. No entanto, a taxa de estudantes fora da escola na educação primária devido à pandemia da COVID-19 varia de acordo com o nível de desenvolvimento do país: enquanto a taxa é maior nos países de baixo desenvolvimento humano, os países de alto desenvolvimento humano apresentam as menores taxas. Na América Latina e no Caribe, mais de 154 milhões de crianças, cerca de 95% das matriculadas, estavam temporariamente fora da escola devido à COVID-19, segundo informações do UNICEF a partir de dados da UNESCO de abril de 2020⁴. No Brasil, dados do mês de junho de 2020 divulgados pelo Banco Mundial⁵ mostravam que mais de 47,9 milhões de crianças e adolescentes estavam sem aulas presenciais em abril de 2020.

Para além dos enormes impactos no aprendizado das crianças em idade escolar, o fechamento das escolas também implica conse-

quências imediatas, interrompendo o acesso a outros serviços básicos importantes, como merenda escolar, programas recreativos, atividades extracurriculares e apoio pedagógico, além da infraestrutura de saúde, água, saneamento e higiene que as instituições de ensino proporcionam.

Com o fechamento massivo de estabelecimentos escolares, o ensino remoto mediado por tecnologias apresenta-se como uma alternativa para a continuidade da aprendizagem. Mas o acesso à tecnologia é desigual entre os países, notando-se que as populações mais vulneráveis são as que mais encontram dificuldades em acessar o ensino remoto.

Além do risco de crianças e adolescentes permanecerem temporariamente fora do ensino, ou receberem um ensino não qualificado, pelas dificuldades de acesso às tecnologias e à internet, a situação também pode provocar um aumento nas taxas de abandono escolar, o que, por sua vez, pode gerar aumento de trabalho infantil e de gravidez na adolescência.

Considerando que o papel da educação pública é determinante na medida em que pode quebrar a transmissão intergeracional de desigualdades, estar fora da escola – mesmo que por um período limitado – deve gerar impactos de longo prazo na aprendizagem, no potencial de ganhos cognitivos e no bem-estar.

Impactos sobre questões de gênero

As conquistas de igualdade de gênero perderam força com a pandemia. O impacto sobre mulheres e meninas abrange a insegurança econômica (elas ganham menos, eco-

⁴ In: <https://uncme.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/08/Educacao-em-tempos-de-pandemia.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2020.

⁵ Idem

nomizam menos e têm maior insegurança no trabalho), saúde reprodutiva, trabalho doméstico não remunerado, poder de barganha nos domicílios e violência baseada em gênero. Exemplo disso é que, em todo o mundo, as mulheres têm, em média, 3,2 vezes mais trabalho como cuidadoras e trabalho doméstico não remunerado do que os homens⁶. E o fechamento de creches e escolas teve um efeito potencial sobre elas, uma vez que são elas que fornecem a maior parte do cuidado em casa para filhos e idosos.

Desigualdade nos sistemas públicos de saúde

Os padrões de desigualdade no desenvolvimento humano afetam a capacidade dos países de, por um lado, responder à COVID-19 e aos seus impactos sanitários e, por outro, garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde. É fundamental reconhecer os determinantes sociais da saúde para pensar o cuidado a partir da perspectiva de política pública inclusiva e sustentável.

Um exemplo desse desafio é a vacinação de crianças, o acompanhamento pré-natal e o atendimento pós-parto. Nos países com baixo desenvolvimento humano, os gastos com saúde são de 4,5% do PIB, enquanto nos países com desenvolvimento humano muito alto (com PIB *per capita* 15 vezes maior), eles representam 12,1% do PIB⁷.

A disponibilidade de recursos determina, em vários níveis, a capacidade de reagir a uma crise. Primeiro, pela capacidade de monitorá-la. Poucos países têm realizado a testagem ampla da COVID-19, o que é essencial para a tomada de decisão nos níveis individuais, comunitários e nacionais

A logística tem se mostrado difícil mesmo nos países desenvolvidos.

Em segundo lugar está a capacidade de tratar aqueles que precisam de atenção médica. Países com baixo desenvolvimento humano contam com poucos médicos e leitos hospitalares insuficientes.

E, em terceiro lugar, a capacidade de desenvolver novos produtos e serviços para se adaptar às novas circunstâncias no sistema de saúde. O investimento em pesquisa e desenvolvimento (em termos de recursos financeiros e humanos), assim como a capacidade de inovar, está altamente correlacionado com o nível de desenvolvimento humano dos países.

O Sistema Único de Saúde brasileiro, ao longo desses últimos 30 anos, criou mecanismos de coordenação e cooperação em que os entes federativos discutem e implementam ações para melhoria dos serviços ofertados à saúde, visando à melhoria da qualidade de vida da população. No Brasil, pela extensão territorial e diferentes características regionais – sejam culturais, econômicas ou sociais – os desafios de se ter uma única política nacional, com diferentes estratégias de acordo com cada realidade local, são enormes. E estas características colaboram também para o aumento das desigualdades nos diversos sistemas de saúde nas diferentes escalas territoriais.

As capacidades das pessoas e a resposta econômica

As capacidades das pessoas desempenham papel fundamental na resposta à crise da COVID-19. Para cada tipo de intervenção existem facilitadores que a tornam menos dispendiosa

⁶ ILO. 2018. "Care work and care jobs for the future of decent work". Geneva: ILO. https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_633166/lang--en/index.htm

⁷ UNDP (2020). Covid-19 and Human Development: Assessing the crisis, envisioning the recovery. 2020 Human Development Perspectives. New York: United Nations Development Program. <http://hdr.undp.org/en/hdp-covid>

e mais exitosa. Os facilitadores das estratégias de recuperação podem reduzir as perdas de desenvolvimento humano associadas à COVID-19 em múltiplas dimensões: acesso a bens e serviços, educação, atividades geradoras de renda e oportunidades de recreação.

O choque econômico causado pela pandemia já atinge países, comunidades e pessoas. Tanto o custo das medidas relacionadas à saúde quanto a propagação da crise pelos canais econômicos normais afetam o consumo, o investimento e as decisões de produção.

A crise da COVID-19 apresenta vários desafios para os formuladores de políticas, tanto devido às fragilidades preexistentes da economia mundial quanto em decorrência de suas características especiais. Disponibilizar recursos para a economia pode não ser suficiente. Durante um *lockdown*, não basta estimular a demanda, como em uma recessão padrão com um déficit de demanda agregada. É importante projetar políticas que lidem de

forma articulada com a atual crise, promovendo o desenvolvimento humano inclusivo nos próximos anos e para as gerações futuras. Neste sentido, é importante lembrar os múltiplos impactos que o contexto atual traz para a vida de crianças e adolescentes, tanto no curto quanto no longo prazo, para evitar que se tornem vítimas invisíveis da crise.

Acesso às tecnologias

A importância da internet durante a pandemia vai além da educação. No contexto da crise da COVID-19, diferentes aspectos críticos do desenvolvimento humano passaram a depender de recursos e aplicativos *online*: a capacidade de trabalhar, comprar, manter-se saudável, denunciar a violência doméstica, interagir socialmente e desfrutar do contato familiar e social. A geração de novas soluções para superar os efeitos da crise provavelmente intensificará a dependência de tecnologias daqui para frente.

RESPOSTA À CRISE

Medidas emergenciais e de recuperação

A pandemia da COVID-19 exigiu medidas emergenciais e, paralelamente, explicitou um conjunto de históricos problemas sociais, econômicos e ambientais. Contudo, abriu-se em meio à crise uma janela de oportunidades ao enfrentamento não somente dos desafios conjunturais, como dos desafios estruturais que há muito assolam a sociedade brasileira.

O momento é propício a reflexões que embasem ações consistentes tanto no presente – por meio de agendas de curto prazo – quanto no futuro, com a escolha de elementos-chave às agendas de médio/longo prazo ancoradas no desenvolvimento humano e sustentável. Ambas as ações temporais (de curto e médio/longo prazos), somadas, precisam ser capazes de delinear o caminho do desenvolvimento social, econômico e ambiental com sustentabilidade.

Com o surto da COVID-19, as ações coordenadas pelos governos se concentraram em construir frentes que considerassem os desafios emergenciais relacionados à saúde e ao mesmo tempo combatessem os efeitos deletérios nos campos sanitário, social e econômico. Por sua vez, a agenda de médio/longo prazo deseja corrigir em larga medida as debilidades sociais, econômicas e ambientais trazidas do passado e apontar agendas de desenvolvimento amparadas no progresso técnico, tendo a sustentabilidade como parâmetro.

Governos e sociedades enfrentam escolhas políticas, regulatórias e fiscais sem precedentes, pois agem para salvar vidas e estabelecer um caminho para um futuro sustentável. Os

efeitos sobre o desenvolvimento humano nos países podem ser traduzidos pela tendência de queda nos níveis de desenvolvimento global. Na contramão deste prognóstico, os países têm realizado esforços significativos para debelar a crise motivada pela pandemia e reverter as perdas.

Notadamente, as escolhas feitas hoje determinarão vários pontos de inflexão responsáveis por transformar nossa sociedade. O importante está em preparar um conjunto de medidas com o objetivo de responder e recuperar, com foco em prioridades imediatas como suporte aos sistemas de saúde, gerenciamento multissetorial de crises e avaliação e resposta ao impacto socioeconômico. Para tal, a informação torna-se uma aliada valiosa, no sentido prático de não apenas medir o impacto da crise da COVID-19, mas de corrigir trajetórias que tensionam a sociedade e espelham desigualdades preexistentes.

Medidas no Brasil

Para o Brasil é importante reconhecer que a organização do sistema público de saúde, o SUS, e o seu planejamento normativo propiciam uma resposta rápida para ações emergenciais, porém o conjunto dessas ações exige a articulação de medidas em todos os níveis e uma visão estratégica coordenada.

O surto da COVID-19 que atinge o país é acentuado pelas desigualdades e diversidades regionais que, consequentemente, refletem na capacidade de enfrentamento da crise pelos estados. A construção de políticas que combinem ações de curto prazo com as escolhas estratégicas de médio e longo prazo nas áreas elencadas pelo conjunto das agências vai exigir esforços e focos prioritários, além da cooperação entre poderes da sociedade e esferas governamentais.

É inegável que os problemas nacionais, agravados pela desigualdade e exclusão social, quando associados aos efeitos da pandemia e às mudanças estruturais da economia do século 21 (desemprego tecnológico, desigualdades de renda, de raça e de gênero, acesso a estruturas educacionais, informalidade do mercado de trabalho, proteção social e acesso a infraestrutura, entre outras), se alimentam e colocam sérios desafios às políticas sociais, econômicas e ambientais. A geração ininterrupta de desigualdades é um movimento que se reforça, como mostrado nos trabalhos recentes de Piketty⁸, assim como nos RDH 2019 e 2020. À luz dos RDH de 2020 e de 2019, entende-se que a questão da desigualdade no Brasil exige uma apreensão multidimensional.

No Brasil, o quadro das desigualdades entre os estados espelha disparidades que precisam ser confrontadas, ora quanto às capacidades básicas, ora quanto às capacidades avançadas para o desenvolvimento, e pode ser revertido mediante o desenho de agendas estratégicas.

Assim, avaliar as desigualdades no desenvolvimento humano exige uma revolução nas métricas, entendendo que novos indicadores serão necessários e precisam, no caso do Brasil e seus estados, ser acompanhados de uma cesta heterogênea de dados. Corrigir as desigualdades no desenvolvimento humano no século 21 é a chave para frear os desequilíbrios que transformam o poder econômico em domínio político.

A pandemia da COVID-19 suscitou um debate acerca dos problemas sociais, econômi-

cos e ambientais brasileiros. A necessidade emergencial de tomada de decisões, intuindo mitigar as consequências desastrosas do porvir, obriga a refletir sobre a conjuntura e a estrutura da sociedade brasileira.

Abriu-se uma janela de oportunidades para o debate político e econômico que, se bem aproveitada, poderá colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentável em consonância com a Agenda 2030. O país reclama uma nova trajetória de desenvolvimento que combine o social, o econômico e o ambiental – mantendo a lanterna de proa focada na Agenda 2030.

Painéis COVID-19 Brasil e estados

A crise da COVID-19 é mais do que uma emergência de saúde global; é uma crise sistêmica de desenvolvimento humano, refletindo a interação com o ecossistema do qual fazemos parte, que já está afetando as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento de forma sem precedentes.

As políticas destinadas a reduzir as vulnerabilidades e a criar capacidades para fazer face às crises, tanto no curto como no longo prazo, são vitais para permitir que as pessoas e as sociedades resistam e se recuperem destes choques. Também é vital que tais políticas possam ser acompanhadas por um conjunto de dados e métricas que monitorem o quadro do desenvolvimento dos países.

⁸ “...a desigualdade da renda pode sempre se decompor em três termos: a desigualdade da renda do trabalho, a desigualdade da propriedade do capital e das rendas que dela resultam e a relação entre essas duas dimensões”. Piketty, Thomas. *O Capital no Século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 233-234

Em abril de 2020, o Human Development Report Office (HDRO) do PNUD apresentou um conjunto de indicadores de desenvolvimento humano, dividido em dois painéis, que mostrava o estado de preparo de 189 países para lidar com a crise da COVID-19, no **painel 1.**, e o grau de vulnerabilidade de suas populações⁹, no **painel 2.**

No Brasil, esforço similar em julho de 2020 reuniu um grupo de trabalho de especialistas do painel interagências, formado por PNUD, UNICEF, UNESCO e OPAS. O grupo de trabalho iniciou esforços para criar uma linha de base de indicadores organizados em painéis - Painéis COVID-19 Brasil e estados, que refletissem os desafios do presente e do porvir da COVID-19 para o Brasil, seus 26 estados e o Distrito Federal.

Os 94 indicadores escolhidos para compor os painéis apresentados no presente relatório espelham os aspectos multidimensionais essenciais para o desenvolvimento brasileiro. A linha de base de indicadores criada tem o propósito de apreender a moldura dos múltiplos aspectos do desenvolvimento brasileiro, assim como acompanhar os impactos e a recuperação ao longo dos anos seguintes.

A preocupação está em não retroceder nas conquistas recentes no desenvolvimento, assim como em manter a Agenda 2030 e os ODS no horizonte como lanterna-chave à recuperação. Os dados obtidos e organizados nos painéis são de fontes de diferentes sistemas de dados e pesquisas, entre eles: sistemas de informações do PNUD, do UNICEF, da UNESCO e da OPAS; Ministério dos Direitos Humanos; Ministério da Saúde; Ministério das Comunicações; Ministério da Educação; IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outros. O ano escolhido para a linha de corte temporal foi 2019; logo, em sua quase maioria absoluta, os painéis tomaram esse ano como ponto de partida.

Os Painéis COVID-19 Brasil e estados refletem um conjunto de dados que dialogam com múltiplos aspectos do desenvolvimento humano e sustentável, ao mesmo tempo que mantêm as diretrizes das Nações Unidas e do Sistema ONU próximas. Os dois painéis retratados apresentam a moldura das 27 unidades federativas quanto ao grau de preparo e vulnerabilidade à crise que se instalou no país. Os dados refletem os aspectos multidimensionais da emergência e dão conta do diálogo amplo que envolve os desafios a serem enfrentados no Brasil e em suas unidades federativas.

⁹ UNDP 2020. Global Preparedness and Vulnerability Dashboards, Human Development Report Office. 29 April 2020. <http://hdr.undp.org/en/content/global-preparedness-and-vulnerability-dashboards>

PILARES DA RECUPERAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Recuperação resiliente e inclusiva

O Brasil respondeu de forma rápida e contundente ao desafio da crise da COVID-19, com fundos que orientam as políticas de resposta, a fim de implementar programas de alívio sanitário e econômico de emergência. Estima-se que o pacote emergencial do Governo Federal some um gasto de R\$ 524 bilhões, em 2020. Essas escolhas, que possibilitaram a construção de políticas sanitárias, sociais e econômicas para atravessar a crise da COVID-19, formaram o alicerce do país para amparar os choques instaurados pela pandemia. Não há dúvidas quanto à legitimidade das ações coordenadas entre os governos federal, estaduais e municipais que precisaram ser materializadas, assim como tantas outras que ainda precisam ser planejadas e realizadas.

Para assegurar uma recuperação resiliente e inclusiva em todos os níveis, o Brasil deve também continuar a enfrentar os desafios do desenvolvimento sistêmico. A ideia está em aproveitar a oportunidade para definir mudanças profundas que aproximem o país da agenda de desenvolvimento sustentável.

Até o lançamento desta publicação, identificaram-se algumas considerações interligadas que podem ajudar a definir melhor, acelerar e reencaminhar os programas de desenvolvimento no nível estadual.

Um novo Brasil, mais justo e sustentável, pode emergir da atual crise.

Pilar I. Governança

Construir um novo contrato social

À medida que os governos foram pressionados a enfrentar crises e incertezas, fornecer serviços digitais, permitir acesso a informações e proteção social e funcionar de maneira transparente, responsável e eficaz, a governança tornou-se uma das áreas prioritárias. Governos, setor privado e sociedade civil precisarão trabalhar juntos para promover a coesão social e a igualdade de gênero ao mesmo tempo que defendam os direitos humanos e o estado de direito, especialmente em contextos frágeis e afetados por conflitos, nos quais as questões de justiça e segurança podem ser mais sensíveis.

Será importante apoiar parceiros a fazerem escolhas que construam capital social, forneçam serviços inclusivos e abram espaço cívico para estabelecer as bases para o futuro – um novo contrato social que reflita a participação popular, construa confiança nas instituições e feche a lacuna entre as pessoas e o Estado.

Além disso, é impossível considerar qualquer trajetória de desenvolvimento sem incluir as vítimas ocultas da pandemia da COVID-19, as crianças e os adolescentes, para quem os impactos, incluindo os socioeconômicos, já são concretos, mas podem ser ainda piores no médio e no longo prazo. É por isso que o diálogo nacional deve incluí-los.

O foco em governança compreende:

1. Apoiar o estado de direito, os direitos humanos e as instituições governamentais nacionais e locais para alicerçar a governança eletrônica; gerenciar crises e incertezas; desenvolver e implementar políticas de emergência; regulamentar e planejar contingências, garantir a continuidade de serviços essenciais e combater a corrupção e as informações falsas.
2. Romper estereótipos de gênero e propulsores de discriminação, garantindo a continuidade de serviços para apoiar o empoderamento de mulheres e sobreviventes da violência de gênero.
3. Apoiar os governos a criar espaço fiscal, investir em mercados prioritários, fortalecer o engajamento com o setor privado e desenvolver estratégias inclusivas de recuperação econômica verde.
4. Fortalecer o capital social – hábitos, normas e sistemas para expressão, inclusão e solidariedade – e o engajamento com a sociedade civil.
5. Manter o ímpeto de prevenção de conflitos e transições pacíficas como parte de esforços contínuos para promover resultados conjuntos humanitários, de desenvolvimento e de paz em contextos frágeis.

GOVERNANÇA Maximizar a relação entre os entes federativos; fortalecer a cooperação entre os três poderes; fomentar a cooperação entre o setor público e o setor privado; e promover resultados humanitários envolvendo a sociedade civil	
FOCO	ODS
Novo contrato social	16 e 17
Busca por um pacto federativo efetivo	8, 16 e 17
Capacidade de informação e monitoramento de temas transversais de interesse da governança	16 e 17
Mecanismos de governança compartilhada entre poderes	16 e 17
Mecanismos de controle à evasão fiscal	16 e 17
Cooperação e parcerias regionais estratégicas	16 e 17
Incentivo à transparência e controle	16 e 17
Mecanismos de debates e consultas públicas	16 e 17
Busca por garantias aos princípios democráticos	16, 17
Parcerias para controle e segurança cibernética (pessoas, processos e tecnologias)	16 e 17

Pilar 2. Proteção social

Eliminar as desigualdades

A proteção social, incluindo transferência de renda, cobertura universal de saúde e acesso a outros serviços básicos, será essencial para desenraizar as desigualdades que permeavam as sociedades antes da COVID-19 e que são hoje duramente visíveis. A busca pela igualdade de gênero está liderando uma onda de mudanças que deve ser apoiada para lidar com a discriminação, inclusive em torno da redistribuição do trabalho não remunerado e da liderança.

A proteção social pode ser uma ferramenta crucial não apenas para ajudar as famílias a se manterem à tona no curto prazo, mas também para combater a desigualdade de forma mais ampla – fornecendo apoio para enviar crianças e adolescentes à escola e centros de saúde, comprar alimentos nutritivos e reduzir o trabalho infantil.

A experiência de crises sanitárias anteriores, como a epidemia de ebola na África Ocidental, revelou que é fundamental priorizar investimentos em setores sociais mesmo em períodos de recessão econômica. Sendo assim, à medida que os governos trabalham para proteger a população da COVID-19, eles devem proteger os investimentos em todos os serviços sociais e garantir o uso eficiente de seus recursos para manter a prestação dos serviços.

Para investirem nessas áreas, os governos precisam de espaço fiscal. O PNUD faz eco ao apelo do Secretário-Geral por uma paralisação da dívida para todos os países vulneráveis e ajudará os países a alavancar essa capacidade fiscal efetivamente. A solidariedade e as parcerias público-privadas serão fundamentais para criar sistemas de proteção social resilientes que possam enfrentar choques, criar estratégias para trabalhadores do setor informal e projetar uma nova geração de empregos verdes que apoiem o empreendedorismo liderado por jovens.

O foco da proteção social inclui:

1. Possibilitar opções de transferência de renda e inclusão financeira, incluindo Renda Básica Temporária e Renda Básica Universal como parte de um contrato social renovado.
2. Focar no futuro do trabalho, incluindo a criação de oportunidades para adolescentes e jovens.
3. Apoiar medidas de proteção social e estímulos fiscais que reflitam a economia da assistência e sejam inclusivas, alcançando trabalhadores domésticos e informais, pessoas com deficiência, mulheres migrantes e outros grupos.
4. Promover a cobertura e o acesso universal de saúde enfrentando as deficiências sistêmicas e estruturais nos sistemas de saúde e apoio aos sistemas e serviços de saúde, inclusive para populações-chave e pessoas vivendo com HIV.

PROTEÇÃO SOCIAL NA INFÂNCIA, VIDA ADULTA E VELHICE	
FOCO	ODS
Renda básica universal	1
Acesso universal à saúde	3
Saneamento universal	6
Acesso universal à educação	4
Investimento em creches e pré-escola	5
Oportunidades e combate às desigualdades de gênero	5 e 8
Oportunidades para jovens e adolescentes	4 e 8
Educação e qualificação para o trabalho do século 21	10 e 8
Trabalho formal	10
Benefícios e programas de proteção	1
Inclusão financeira	10
Reforma tributária	8
Taxação de grandes fortunas	10

Pilar 3. Reimaginar o futuro para cada criança e adolescente

Embora devamos ter clareza sobre a escala dos desafios que as crianças e os adolescentes do mundo todo e do Brasil enfrentam, também podemos avançar em parceria e solidariedade, construindo sobre o passado, com ambição e confiança no futuro.

Não se trata de um retorno ao modo como as coisas eram. Para centenas de milhões de

crianças e adolescentes em todo o mundo, “normal” nunca foi bom o suficiente, para começar.

O progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está retrocedendo e as crianças e adolescentes continuam pagando o preço mais alto. Sem uma ação coordenada para prevenir, mitigar e responder aos efeitos da pandemia, as consequências para este segmento agora, e para a sociedade como um todo no futuro, serão graves.

O foco para reimaginar um futuro melhor para as crianças e adolescentes inclui:

1. Priorizar a reabertura das escolas com segurança. Reimaginar a educação para garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente, garantindo o sucesso escolar de cada estudante.

2. Promover diferentes iniciativas e ações para reduzir a exclusão digital, conectando todas as crianças e adolescentes à internet até 2030 e alcançando-as com aprendizagem remota segura, de qualidade, acessível e equitativa.
3. Gerar oportunidades de formação e acesso ao mundo do trabalho para adolescentes e jovens de 14 a 24 anos em situação de vulnerabilidade para: garantir acesso à educação de qualidade a todos os adolescentes e jovens; oferecer oportunidades de trabalho decente, com foco nos mais vulneráveis; oferecer oportunidades de formação para o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho e protagonismo juvenil; ampliar a inclusão digital de adolescentes e jovens; erradicar o trabalho infantil, o trabalho escravo, o trabalho precário e a discriminação de qualquer natureza.
4. Garantir urgentemente a continuidade dos principais serviços de saúde e nutrição para crianças e adolescentes – especialmente a vacinação de rotina, priorizando os mais difíceis de alcançar.
5. Trabalhar para políticas de apoio e proteção à saúde mental de crianças e adolescentes incluindo fim ao abuso, à violência de gênero e à negligência na infância.
6. Integrar os direitos das crianças nas principais estratégias nacionais de mudanças do clima.
7. Trabalhar com dados e evidências para reverter o aumento da pobreza infantil e garantir uma recuperação inclusiva para todos.

REIMAGINAR O FUTURO PARA CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
FOCO	ODS
Garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente. Promover o sucesso escolar e o desenvolvimento de competências digitais e para a vida	4
Parcerias para que todas as crianças aprendam e sejam incluídas digitalmente	4
Garantir o acesso a serviços de saúde e nutrição e tornar as vacinas acessíveis e disponíveis para todas as crianças	2 e 3
Políticas e estratégias nacionais de combate às mudanças climáticas	6 e 13
Mecanismos para identificar e aprimorar o investimento público em políticas e programas para crianças e adolescentes	1
Promover a coleta de dados desagregados por gênero, idade e deficiência sobre crianças e adolescentes, inclusive para aqueles que contraíram a COVID-19	1,3,2, 4 e 6
Oportunidades para adolescentes e jovens	8, 10 e 17
Proteção social	1 e 10

Pilar 4. Disrupção digital e inserção do Brasil em uma nova rota de desenvolvimento

Com as escolas fechadas e a forte desigualdade no acesso ao aprendizado remoto, o Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD estima que 86% das crianças da educação primária estão efetivamente fora da escola em países com baixo IDH – em comparação com apenas 20% nos países com alto desenvolvimento humano. Essa é a maior reversão já registrada na educação, levando-nos de volta aos anos 1980.

Com o fechamento de escolas em 2020, o UNICEF estima que cerca de 30% das crianças em idade escolar ao redor do mundo não conseguiam acessar o ensino a distância¹⁰. No Brasil, 28% das famílias não têm acesso à internet, percentual que aumenta conforme a renda diminui e chega a 48% em áreas rurais¹¹. Estas são as mesmas crianças que dificilmente terão acesso a uma educação de qualidade.

O fato de mais de 50% das crianças de 10 anos em países de baixa e média renda não conseguirem ler e entender uma história simples ao final do ensino primário já reflete uma crise global de aprendizagem¹². E, a menos que a exclusão digital seja eliminada, esse grupo de jovens em rápido crescimento será deixado para trás.

A COVID-19 aumentou essa urgência. Agora enfrentamos uma oportunidade “única em uma geração” de conectar todas as crianças e

escolas à internet e fornecer novas ferramentas digitais para ajudá-las a desenvolver as habilidades para realizar seu potencial.

Em primeiro lugar, é preciso priorizar a reabertura de escolas tão logo a situação sanitária permita e tomar todas as medidas possíveis para reabri-las com segurança.

Essa grande pausa no aprendizado também proporcionou um momento para repensar como oferecemos educação. O UNICEF propõe reimaginar a educação, revolucionando o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades para fornecer educação de qualidade para todas as crianças por meio da aprendizagem digital, conectividade com a internet, dispositivos, dados acessíveis e o envolvimento dos jovens.

Até o final de 2021, a meta é alcançar 500 milhões de crianças e jovens e 3,5 bilhões até 2030. Em colaboração com dezenas de parceiros do setor privado e governos, isso inclui desde a entrega de livros em locais remotos, apoio a programas de rádio educacionais e alcance do ensino às crianças onde elas moram, inclusive via SMS, grupos de WhatsApp e podcasts.

Fechar a lacuna do acesso à internet reduziria os impactos e os retrocessos já esperados, ao levar as crianças de volta à escola – ainda que remotamente. Os investimentos em transformação digital simultaneamente impulsionam uma resposta à pandemia e definem o caminho para a aceleração além da recuperação.

¹⁰ UNICEF. <https://www.unicef.org/reimagine/five-opportunities-children-open-letter#digital-divide>

¹¹ CETIC. <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>

¹² UNICEF. <https://www.unicef.org/reimagine/five-opportunities-children-open-letter#digital-divide>

O foco em disrupção digital inclui:

1. Ajudar governos e instituições a manter suas portas abertas, operando remotamente enquanto planejam estratégias mais amplas de transformação digital.
2. Prestar serviços governamentais de forma remota, incluindo assistência médica.
3. Apoiar a integração de dados e percepções para melhorar a tomada de decisões.
4. Estabelecer plataformas de pagamento digital e sistemas de comércio eletrônico com foco em pequenas e médias empresas administradas por mulheres e fechar o fosso digital para populações vulneráveis.
5. Aprimorar as opções de financiamento digital, inclusive para melhorar os fluxos de remessas.

DISRUPÇÃO DIGITAL	
Universalizar o acesso à internet e diminuir o abismo tecnológico	
FOCO	ODS
Políticas de longo prazo para a Indústria 4.0, manufatura aditiva, internet das coisas	9
Metas de universalização da banda larga	9 e 4
Medidas de alfabetização digital	4 e 8
Inserção no currículo escolar de novos paradigmas tecnológicos	4 e 9
Investimento em tecnologias de comunicação e inovações	9
Novas tecnologias para cidades inteligentes	11
Educação e treinamento para combater o desemprego tecnológico	4, 8, 9 e 10
Políticas ativas de P&D	9
Aprimoramento da economia digital	9

Pilar 5. Economia Verde

Reequilibrar natureza, clima e economia

O momento é de restaurar o equilíbrio entre as pessoas e o planeta, projetando e reduzindo o risco de soluções baseadas na natureza como parte de uma nova rede de segurança social para o mundo, incentivando parcerias público-privadas sustentáveis como no ecoturismo, em sistemas de transporte verde e cidades verdes e inteligentes. No setor primário, é necessário transformar a agricultura em aliado do meio ambiente, capaz de ajudar na captura de carbono, assegurando ação integrada com o setor de saúde para combater a poluição do ar – que hoje mata 7 milhões de pessoas por ano.

É preciso vincular a recuperação e a resposta à COVID-19 a ações ousadas e urgentes que abordem as mudanças climáticas e protejam o meio ambiente, e que priorizem crianças, adolescentes e mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e parte de comunidades tradicionais que estão mais expostas aos efeitos da crise climática e de desastres naturais.

São necessários programas de estímulo do governo que priorizem abordagens de baixo carbono e uma atuação global coordenada junto com a ação local. Algumas soluções já são conhecidas: tornar os serviços de água, saneamento e higiene resilientes ao clima e a desastres; promover educação resiliente por meio de escolas verdes, adaptadas e seguras; criar serviços de saúde inteligentes para o clima e desastres; reduzir a poluição do ar, solo e água; engajar os adolescentes e jovens como agentes de mudança; desenvolver sistemas de proteção social capazes de responder ao clima e apoiar as pessoas afetadas por desastres ambientais; e estabelecer sistemas alimentares e dietas inteli-

gentes que levem em conta o impacto ambiental da cadeia de produção e transporte daquilo que se consome. A menos que haja um aumento nos investimentos nesse tipo de solução, a recuperação da crise da COVID-19 será muito mais difícil.

Muitas dessas soluções têm efeitos em cascata, com benefícios para a saúde e a economia, ao mesmo tempo que criam resiliência a desastres futuros. Também atuam contra a desigualdade inerente à crise climática, beneficiando especialmente populações mais vulneráveis aos efeitos mais extremos da poluição e da degradação ambiental.

O investimento em energia renovável deve deixar de ser uma escolha e se tornar uma norma econômica. Levando em consideração os benefícios para a saúde e a educação, a economia obtida com a descarbonização da economia global até 2050 seria oito vezes maior que o custo, de acordo com novas pesquisas da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA)¹⁴, e os ganhos socioeconômicos seriam imensuráveis para o planeta. O PIB global acumulado aumentaria US\$ 98 trilhões acima da trajetória normal, entre agora e 2050.

Portanto, à medida que governos determinem como investir o dinheiro dos cidadãos, é preciso que a escolha seja deixar de estimular indústrias de combustíveis fósseis e outros remanescentes do modo como as coisas são – que já causaram e continuarão causando efeitos devastadores ao planeta – e investir em uma economia verde inclusiva.

A resposta do Brasil à crise da COVID-19 terá um impacto direto na vida de milhões de pessoas e um impacto nas gerações futuras. Assim, precisa-se construir um novo futuro por meio de uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade.

¹⁴ <https://www.euractiv.com/section/development-policy/opinion/turning-the-page-on-the-age-of-oil/>

O foco da economia verde inclui:

1. Impulsionar a recuperação verde e resiliente, ajudando a traduzir as Contribuições Nacionalmente Determinadas e os planos de adaptação dos países em soluções de planejamento urbano, agricultura e uso da terra.
2. Explorar subsídios de recuperação verde para promover e proteger empregos e meios de subsistência baseados na natureza, incluindo o empreendedorismo rural.
3. Promover soluções e abordagens próprias e comunitárias, especialmente em comunidades indígenas.
4. Acelerar uma transição à energia verde como parte da resposta à COVID-19, incluindo apoiar países em suas políticas de reforma de subsídios a combustíveis fósseis.

ECONOMIA VERDE	
Transição para uma estrutura produtiva e geração de empregos ambientalmente sustentáveis	
FOCO	ODS
Linhas de crédito verde atrativas e compatíveis com investimentos de longo prazo	9, 12 e 13
Infraestrutura urbana limpa e eficiente	7, 11 e 13
Transporte público com combustíveis renováveis	7, 11 e 13
Matriz energética limpa	7 e 13
Políticas creditícias e fiscais à geração de empregos verdes	8
Produção e consumo livres de carbono	12 e 13
Estímulo à ESS (Economia Social e Solidária) com produção local	8 e 12
PPPs em agendas voltadas a projetos sustentáveis	9 e 12
Investimentos industriais com externalidades ambientais positivas	9 e 12
Política ativa de fomento à economia circular	12 e 8
Política ativa de ecoturismo	12, 13, 14 e 15
Incentivos à agricultura familiar verde	12 e 15
Investimento em P&D unido às tecnologias limpas	9 e 12
Economia verde em cidades inteligentes	11 e 13
Investimento na regeneração de ecossistemas	14 e 15

ALÉM DA COVID-19: TRANSFORMANDO O BRASIL

A pandemia, sua crise e seus impactos apresentam um enorme potencial e oportunidade para remodelar o mundo para as gerações vindouras. À medida que as consequências da crise se desdobram – incluindo os efeitos das respostas em meio a grandes incertezas – precisa-se articular uma visão que permita uma recuperação após a crise da COVID-19 que seja duradoura e resiliente, impulsionando mudanças estruturais que reduzam a probabilidade de futuras crises e aumentem a resiliência da população face a elas.

A preocupação está se movendo rapidamente para a dimensão econômica, justamente, dada a profundidade da queda na produção e seus efeitos sociais. Neste contexto, é essencial preservar a lente de desenvolvimento humano para se concentrar nas pessoas.

Três elementos são essenciais para uma visão de resposta à recuperação:

- Um olhar para a resposta através de uma lente de equidade.
- Concentrar-se no desenvolvimento das capacidades de longo prazo das pessoas para ajudar a construir resiliência para choques futuros.
- Seguir uma abordagem multidimensional coerente, uma vez que a crise tem múltiplas dimensões interligadas (saúde, aspectos econômicos e vários aspectos sociais).

O Brasil precisa criar uma recuperação que “reconstrua melhor”, o que significa não só recuperar de imediato as economias e os meios de subsistência, mas também salvaguardar a prosperidade a longo prazo. Para isso é necessária uma nova geração de políticas públicas e transformações sociais que facilitem a transição para uma sociedade menos desigual, mais resiliente e com impactos controlados sobre a natureza. O futuro começa hoje, não amanhã.

ANEXO I. Painéis

Os dados organizados nos dois painéis apresentam um conjunto de indicadores para o Brasil, seus 26 estados e o Distrito Federal. O conjunto dos indicadores tem como linha de base o ano de 2019 ou o ano mais próximo disponível, na perspectiva de radiografar o Brasil antes do surto da COVID-19 no país, em 2020. Pretende-se mostrar o nível de preparação e aspectos da vulnerabilidade que são determinantes para responder e lidar com os impactos da crise atual.

Em relação à preparação do Brasil para responder à COVID-19, sabe-se que toda sociedade, grupo e pessoa são suscetíveis a eventos adversos. No entanto, quando se trata de choques, como a pandemia da COVID-19, a capacidade de resposta das unidades da federação é desigualmente distribuída.

Quanto às vulnerabilidades, embora todos sejam potencialmente afetados de uma forma ou de outra pela pandemia, algumas pessoas e grupos são mais vulneráveis, sofrem em maior intensidade danos e têm um caminho longo para a recuperação.

Painel I.
Preparo para enfrentar a pandemia



<https://tinyurl.com/painelcovid191>

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA				
	DESENVOLVIMENTO				
	Desenvolvimento Humano				
	IDHM (2017)	IDHM - Educação (2017)	IDHM - Renda (2017)	IDHM - Longevidade (2017)	Gini da renda (2017)
Brasil	0,778	0,740	0,750	0,850	0,550
Acre	0,719	0,680	0,660	0,820	0,570
Alagoas	0,683	0,640	0,640	0,780	0,530
Amapá	0,740	0,710	0,700	0,820	0,590
Amazonas	0,733	0,740	0,680	0,790	0,600
Bahia	0,714	0,650	0,690	0,810	0,600
Ceará	0,735	0,720	0,680	0,820	0,560
Distrito Federal	0,850	0,800	0,860	0,890	0,590
Espírito Santo	0,772	0,730	0,740	0,850	0,510
Goiás	0,769	0,740	0,750	0,820	0,490
Maranhão	0,687	0,680	0,620	0,760	0,540
Mato Grosso	0,774	0,760	0,740	0,830	0,470
Mato Grosso do Sul	0,766	0,710	0,750	0,850	0,480
Minas Gerais	0,787	0,750	0,740	0,880	0,500
Pará	0,698	0,660	0,650	0,790	0,530
Paraíba	0,722	0,670	0,690	0,810	0,560
Paraná	0,792	0,760	0,770	0,840	0,490
Pernambuco	0,727	0,690	0,680	0,820	0,560
Piauí	0,697	0,670	0,660	0,770	0,540
Rio de Janeiro	0,796	0,760	0,770	0,860	0,520
Rio Grande do Norte	0,731	0,680	0,680	0,850	0,530
Rio Grande do Sul	0,787	0,730	0,790	0,850	0,490
Rondônia	0,725	0,700	0,700	0,780	0,460
Roraima	0,752	0,770	0,710	0,780	0,550
Santa Catarina	0,808	0,780	0,780	0,870	0,420
São Paulo	0,826	0,830	0,800	0,850	0,530
Sergipe	0,702	0,640	0,680	0,800	0,560
Tocantins	0,743	0,730	0,700	0,810	0,510

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA				
	DESENVOLVIMENTO				
	Desenvolvimento Infantil				Assistência Social
	Cobertura vacinal da Tríplice Viral DI (2018)	% de partos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (2018)	% de crianças de 4 a 5 anos matriculadas na escola (2018)	Sífilis Congênita - Casos confirmados notificados por mil nascidos vivos (2018)	Quantidade de famílias acompanhadas pelo PAIF por total de famílias no Cadastro Único por UF (2018)
Brasil	92,6	70,8	92,4	0,12	5,0
Acre	83,1	49,4	78,6	0,12	3,1
Alagoas	107,2	65,2	91,4	0,11	1,6
Amapá	77,1	39,7	63,2	0,09	1,5
Amazonas	89,8	47,2	85,6	0,19	1,7
Bahia	82,3	63,7	96,8	0,09	4,7
Ceará	111,5	73,2	97,4	0,14	3,6
Distrito Federal	86,3	74,5	82,1	0,19	0,4
Espírito Santo	95,5	69,7	95,1	0,14	5,0
Goiás	87,8	69,6	84,7	0,05	3,2
Maranhão	84,0	48,1	97,3	0,10	4,3
Mato Grosso	89,8	71,7	90,2	0,06	4,1
Mato Grosso do Sul	104,5	69,8	88,8	0,12	3,2
Minas Gerais	97,5	77,3	94,1	0,12	8,4
Pará	77,3	48,7	88,1	0,07	4,0
Paraíba	96,7	71,1	92,1	0,10	8,2
Paraná	89,8	85,2	92,0	0,08	7,4
Pernambuco	104,7	70,1	92,2	0,19	4,0
Piauí	87,8	64,1	96,9	0,14	8,6
Rio de Janeiro	99,7	72,6	90,2	0,22	6,5
Rio Grande do Norte	88,7	67,0	96,0	0,16	6,2
Rio Grande do Sul	88,7	78,7	85,6	0,16	7,0
Rondônia	101,6	67,2	89,1	0,06	5,1
Roraima	99,3	42,6	90,6	0,09	3,3
Santa Catarina	92,1	78,1	93,6	0,10	9,5
São Paulo	91,5	79,7	94,7	0,09	3,6
Sergipe	95,5	60,0	93,9	0,12	2,1
Tocantins	91,2	66,6	93,8	0,19	2,1

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	SAÚDE					
	Perfil do Sistema de saúde					
	Percentual da população acima de 60 anos	Número de médicos (por 10.000 habitantes)	Número de enfermeiros (por 10.000 habitantes)	Número de leitos hospitalares (por 10.000 habitantes)*	Número total de leitos complementares (por 10.000 habitantes)**	
					SUS	Não SUS
Brasil	15,7	23,3	106,4	28,3	1,5	1,3
Acre	10,3	10,5	92,9	24,9	1,5	0,7
Alagoas	14,7	14,5	80,2	23,3	1,5	0,7
Amapá	8,5	9,1	156,7	19,4	1,1	0,9
Amazonas	9,2	12,0	112,7	21	1,7	0,6
Bahia	15,3	15,2	87,8	26,3	1,2	0,9
Ceará	15,3	15,6	83,5	26,7	1,4	0,8
Distrito Federal	13,2	43,9	174,3	32,2	1,3	4,0
Espírito Santo	15,6	25,1	104,4	28,4	1,6	1,9
Goiás	14,1	18,9	84,1	32,1	1,4	1,2
Maranhão	12,5	8,1	77,8	25,1	1,1	0,7
Mato Grosso	11,5	24,9	88,2	27,7	1,4	1,9
Mato Grosso do Sul	13,8	19,9	82,0	29,1	1,5	1,0
Minas Gerais	16,7	16,1	84,3	32,1	1,6	0,9
Pará	11,3	9,4	85,9	22,1	1,3	0,8
Paraíba	14,8	17,8	100,4	28,7	1,7	0,7
Paraná	15,9	14,6	112,5	28,2	2,0	1,1
Pernambuco	15,8	24,3	89,6	32,3	1,5	1,2
Piauí	15,6	18,2	111,2	29,5	1,2	0,6
Rio de Janeiro	20,4	39,4	163,7	29,2	1,5	2,9
Rio Grande do Norte	14,8	16,9	104,6	27,6	1,3	0,8
Rio Grande do Sul	19,7	13,7	139,8	26,1	1,9	0,9
Rondônia	12,0	28,4	110,8	34,1	1,6	0,8
Roraima	7,8	15,9	98,0	32,1	1,6	0,2
Santa Catarina	15,8	22,6	85,3	29	1,4	0,8
São Paulo	16,2	17,1	102,3	20,2	1,6	1,8
Sergipe	12,4	30,1	120,6	28,4	1,6	0,7
Tocantins	13,6	15,8	114,7	29,7	1,5	0,8

* Soma dos leitos ambulatoriais de repouso e observação, hospitalares de internação, hospitalares complementares e de urgência.

** Quantitativo de leitos em ambientes hospitalares, nas categorias de leitos complementares (UTI e Unidade Intermediária).

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	SAÚDE					
	Perfil do Sistema de Saúde				Saúde materno-infantil	
	Número de respiradores (a cada 10.000 habitantes)	% da população atendida exclusivamente pelo SUS*	% da população coberta por planos de saúde suplementar	População coberta – Equipes Saúde da Família**	Proporção de óbitos infantis investigados (2017)	Proporção de óbitos maternos investigados (2017)
Brasil	3,1	75,9	24,1	64,5	84,6	92,5
Acre	1,7	94,4	5,6	71,4	95,5	98,3
Alagoas	1,6	88,3	11,7	76,0	91,3	92,4
Amapá	1,1	90,3	9,7	59,0	60,5	98,1
Amazonas	2,2	85,7	14,3	61,2	84,3	86,1
Bahia	2,1	88,8	11,2	75,8	60,3	75,6
Ceará	2,3	85,3	14,7	82,9	96,9	99,8
Distrito Federal	6,7	66,5	33,5	43,1	94,1	92,9
Espírito Santo	3,8	69,3	30,7	63,2	94,2	96,7
Goiás	2,4	82,6	17,4	68,1	91,2	95,9
Maranhão	1,5	93,1	6,9	85,4	85,6	95,3
Mato Grosso	4,1	81,4	18,6	69,9	93,3	97,4
Mato Grosso do Sul	3,3	75,9	24,1	70,7	83	94,4
Minas Gerais	3,0	74,8	25,2	80,8	95,5	97,6
Pará	1,8	89,9	10,1	59,8	74,2	88,1
Paraíba	2,3	89,3	10,7	95,9	90,9	88,2
Paraná	3,3	73,1	26,9	64,6	98,4	99,8
Pernambuco	3,0	85,1	14,9	77,2	94,5	96,8
Piauí	1,4	89,8	10,2	100,0	83,7	95,5
Rio de Janeiro	4,6	67,3	32,7	50,4	79,9	92,4
Rio Grande do Norte	2,2	84,3	15,7	78,3	70,1	74,2
Rio Grande do Sul	3,0	76,6	23,4	59,0	95,2	96,4
Rondônia	2,8	90,6	9,4	70,7	92,8	93,9
Roraima	2,5	93,8	6,2	63,9	97,7	97
Santa Catarina	2,9	76,7	23,3	81,5	97,6	98,3
São Paulo	4,1	59,3	40,7	39,5	77,3	90,6
Sergipe	2,2	84,9	15,1	86,1	92,9	96,1
Tocantins	2,1	92,4	7,6	94,2	96,1	98,9

* Cálculo realizado pelo PNUD com base em fonte da ANS (vide Metadados).

** Estimativa de cobertura da população por equipes de Saúde da Família vinculadas à estratégia da Saúde da Família (ESF), ano de 2019.

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA		
	EDUCAÇÃO		
	Perfil do sistema de ensino		
	Média de alunos por turma		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	16,2	23,0	29,6
Acre	18,6	22,0	26,4
Alagoas	17,0	24,2	33,2
Amapá	17,2	21,6	28,2
Amazonas	18,7	23,2	28,8
Bahia	16,3	21,5	29,2
Ceará	17,0	22,5	35,2
Distrito Federal	17,3	23,4	33,3
Espírito Santo	16,2	23,2	30,7
Goiás	17,8	24,1	28,4
Maranhão	16,9	21,6	31,7
Mato Grosso	19,3	21,6	25,1
Mato Grosso do Sul	18,2	25,1	30,3
Minas Gerais	15,8	22,7	29,8
Pará	17,8	22,9	32,4
Paraíba	17,2	21,4	27,6
Paraná	15,3	23,3	28,1
Pernambuco	16,1	23,2	33,7
Piauí	17,0	21,0	28,2
Rio de Janeiro	16,1	23,6	29,2
Rio Grande do Norte	16,7	22,3	32,7
Rio Grande do Sul	14,0	20,1	24,5
Rondônia	17,5	23,0	26,2
Roraima	18,9	21,3	21,9
Santa Catarina	15,2	22,4	26,5
São Paulo	15,7	25,4	30,2
Sergipe	17,1	22,5	31,0
Tocantins	18,2	22,2	25,3

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	EDUCAÇÃO					
	Perfil do sistema de ensino					
	% de docentes com curso superior					
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação Especial
Brasil	76,9	88,9	97,2	92,2	90,8	92,2
Acre	71,5	78,6	93,1	89,7	80,5	-
Alagoas	59,6	78,6	95,2	95,8	72,2	53,8
Amapá	66,9	84,5	98,7	97,1	96	78
Amazonas	75,9	82,1	98,6	97,9	88,5	88
Bahia	64,3	77,7	92,4	81,8	83,7	66
Ceará	76,8	87,6	96,8	92	82,9	96,4
Distrito Federal	90,1	96,9	99,3	96,2	99,2	97,6
Espírito Santo	96,7	97,9	99,2	95,5	99,1	100
Goiás	85	91,6	92,9	88,6	94,2	95,6
Maranhão	50,1	67,4	94,5	89,3	69,4	65,6
Mato Grosso	89	93	96,2	96	95,1	81,9
Mato Grosso do Sul	93,3	96,2	98,9	92,3	96,9	95,6
Minas Gerais	75,4	95,6	98,2	90,8	97,2	93,9
Pará	76,3	86,1	99	94,8	92,8	93,1
Paraíba	65,7	84,6	95,2	95,5	85,8	71,4
Paraná	82,5	96,3	99,2	98,1	99,1	98,3
Pernambuco	59,8	78,3	96,4	93,2	90,4	79,9
Piauí	70,7	85	91,2	96,4	80,8	76,2
Rio de Janeiro	50	79,1	98	84,8	96,6	79
Rio Grande do Norte	77,9	89,4	97,2	92,9	92,5	100
Rio Grande do Sul	69,2	93,6	97,7	96,9	97,7	82,8
Rondônia	92,1	94,4	99,3	93,4	98,9	96
Roraima	79,7	75,3	81,8	92,9	76,3	-
Santa Catarina	87,2	92,3	92,3	89,2	90	67,1
São Paulo	87,5	96,8	98,9	91,6	99,2	96,2
Sergipe	73,7	91,2	99	97	95,4	90,6
Tocantins	72,8	87,2	96,6	95,7	94,9	72,6

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	EDUCAÇÃO					
	Infraestrutura Educação					
	% de escolas da educação básica que têm acesso a água via rede pública (2018)		% de escolas da educação básica que têm acesso a esgoto via rede pública (2018)		% de escolas da educação básica que têm laboratório de ciências (2018)	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Brasil	68,0	95,0	41,0	85,0	8,0	19,0
Acre	22,0	64,0	9,0	69,0	3,0	36,0
Alagoas	60,0	87,0	17,0	55,0	7,0	12,0
Amapá	30,0	44,0	5,0	32,0	4,0	19,0
Amazonas	19,0	67,0	6,0	55,0	6,0	45,0
Bahia	65,0	96,0	30,0	83,0	3,0	17,0
Ceará	70,0	95,0	26,0	72,0	9,0	19,0
Distrito Federal	92,0	99,0	83,0	95,0	18,0	40,0
Espírito Santo	72,0	95,0	59,0	93,0	12,0	57,0
Goiás	87,0	94,0	39,0	74,0	8,0	23,0
Maranhão	41,0	78,0	5,0	41,0	2,0	9,0
Mato Grosso	69,0	90,0	24,0	59,0	7,0	26,0
Mato Grosso do Sul	88,0	94,0	38,0	74,0	12,0	22,0
Minas Gerais	79,0	98,0	71,0	97,0	11,0	22,0
Pará	26,0	59,0	5,0	40,0	3,0	26,0
Paraíba	53,0	95,0	30,0	72,0	6,0	14,0
Paraná	89,0	98,0	56,0	86,0	20,0	32,0
Pernambuco	55,0	93,0	33,0	74,0	8,0	15,0
Piauí	58,0	95,0	8,0	49,0	4,0	45,0
Rio de Janeiro	87,0	95,0	77,0	95,0	15,0	18,0
Rio Grande do Norte	77,0	97,0	22,0	51,0	8,0	22,0
Rio Grande do Sul	82,0	98,0	47,0	90,0	21,0	18,0
Rondônia	45,0	63,0	6,0	28,0	10,0	25,0
Roraima	39,0	92,0	11,0	78,0	5,0	33,0
Santa Catarina	89,0	98,0	50,0	80,0	8,0	31,0
São Paulo	96,0	99,0	92,0	99,0	7,0	13,0
Sergipe	79,0	98,0	28,0	76,0	4,0	16,0
Tocantins	74,0	95,0	14,0	58,0	4,0	20,0

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA		
	CONECTIVIDADE		
	Cobertura da rede no país		
	Densidade dos acessos na telefonia móvel por 100 habitantes	Densidade dos acessos de banda larga fixa a cada 100 domicílios	Existência de utilização de internet no domicílio
Brasil	96,1	46,9	79,1
Acre	85,4	27,2	66,8
Alagoas	76,6	17,0	67,1
Amapá	84,2	32,5	78,4
Amazonas	84,3	32,0	75,6
Bahia	87,2	22,2	70,0
Ceará	81,5	32,9	68,9
Distrito Federal	117,5	71,8	94,1
Espírito Santo	94,7	42,8	81,4
Goiás	104,4	42,5	81,3
Maranhão	71,4	15,9	61,4
Mato Grosso	104,0	37,6	78,5
Mato Grosso do Sul	101,8	43,1	83,8
Minas Gerais	99,0	49,8	79,3
Pará	79,5	17,2	69,4
Paraíba	79,8	32,7	72,2
Paraná	95,9	59,2	80,5
Pernambuco	91,8	20,7	71,4
Piauí	85,7	21,3	61,4
Rio de Janeiro	105,3	56,6	86,0
Rio Grande do Norte	83,4	37,2	73,5
Rio Grande do Sul	101,7	53,3	80,0
Rondônia	89,5	29,8	75,7
Roraima	84,1	20,3	79,4
Santa Catarina	96,6	66,3	83,6
São Paulo	107,1	67,8	87,1
Sergipe	87,8	32,8	76,7
Tocantins	94,5	23,3	71,5

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	CONECTIVIDADE					
	Conectividade da rede de ensino					
	Ensino Fundamental					
	Pública			Privada		
	Escolas com internet	Escolas com internet para ensino e aprendizagem	Escolas com internet para alunos	Escolas com internet	Escolas com internet para ensino e aprendizagem	Escolas com internet para alunos
Brasil	67,1	37,2	29,1	93,1	57,4	44,0
Acre	23,7	8,9	6,2	100,0	53,6	50,0
Alagoas	65,7	62,3	17,0	95,4	44,9	31,6
Amapá	40,3	14,6	15,3	93,9	57,6	39,4
Amazonas	24,6	11,5	10,0	97,0	48,9	38,3
Bahia	59,6	18,1	10,3	97,2	50,7	33,3
Ceará	85,0	40,3	27,5	97,4	45,8	34,8
Distrito Federal	97,0	42,1	36,1	99,0	69,0	55,0
Espírito Santo	76,6	45,5	36,1	100,0	76,0	75,6
Goiás	96,5	33,2	40,7	98,6	60,5	42,4
Maranhão	27,9	6,3	5,3	87,1	36,0	29,1
Mato Grosso	89,2	63,2	43,1	99,4	64,6	50,3
Mato Grosso do Sul	73,7	67,6	63,9	100,0	75,1	61,9
Minas Gerais	84,8	48,4	45,5	98,5	61,2	50,7
Pará	32,0	6,9	6,6	95,9	50,7	40,2
Paraíba	67,6	24,1	22,0	93,0	32,9	19,0
Paraná	94,5	72,8	59,0	99,5	79,2	67,8
Pernambuco	60,1	27,3	15,6	94,9	45,0	29,3
Piauí	55,5	21,2	17,4	94,6	48,3	37,5
Rio de Janeiro	92,9	39,0	30,8	97,7	51,4	38,0
Rio Grande do Norte	75,2	30,4	28,8	94,0	51,5	37,8
Rio Grande do Sul	96,5	69,0	63,8	100,0	83,3	81,5
Rondônia	73,4	37,6	32,7	75,7	63,5	46,2
Roraima	39,3	15,6	28,0	100,0	45,7	34,3
Santa Catarina	96,1	74,7	60,5	100,0	82,0	70,0
São Paulo	82,3	73,0	51,3	76,4	70,2	54,7
Sergipe	73,7	26,8	25,3	96,6	52,1	32,8
Tocantins	77,7	50,1	33,2	99,2	58,5	39,8

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	CONECTIVIDADE					
	Conectividade da rede de ensino					
	Ensino Médio					
	Pública			Privada		
	Escolas com internet	Escolas com internet para ensino e aprendizagem	Escolas com internet para alunos	Escolas com internet	Escolas com internet para ensino e aprendizagem	Escolas com internet para alunos
Brasil	90,4	66,3	61,9	93,6	72,3	63,2
Acre	49,4	15,7	18,6	100,0	61,5	69,2
Alagoas	100,0	72,0	78,0	99,4	59,1	43,3
Amapá	71,9	31,4	34,7	91,7	62,5	62,5
Amazonas	87,2	52,5	34,7	96,8	58,1	69,4
Bahia	95,4	14,7	18,4	99,0	74,8	59,8
Ceará	98,9	94,6	94,3	100,0	68,2	62,8
Distrito Federal	99,0	73,0	55,8	97,9	75,7	65,0
Espírito Santo	100,0	84,7	84,3	100,0	74,8	86,1
Goiás	98,9	86,7	56,9	99,7	72,9	67,5
Maranhão	68,7	28,4	26,9	91,2	50,3	44,0
Mato Grosso	99,7	73,4	71,0	99,5	75,7	69,0
Mato Grosso do Sul	97,5	76,4	78,6	100,0	79,6	59,2
Minas Gerais	94,1	76,7	57,0	99,2	75,8	64,8
Pará	51,0	16,5	21,3	33,3	65,0	56,0
Paraíba	95,5	38,5	53,8	100,0	62,8	41,9
Paraná	91,6	84,6	78,4	100,0	62,7	50,0
Pernambuco	99,7	86,1	89,7	100,0	82,8	81,2
Piauí	97,9	67,6	60,5	100,0	66,4	54,1
Rio de Janeiro	99,7	66,0	61,1	99,4	65,0	54,2
Rio Grande do Norte	92,2	48,7	54,0	99,2	72,9	63,2
Rio Grande do Sul	67,1	29,1	44,3	90,0	60,0	60,0
Rondônia	99,0	81,5	81,1	100,0	86,7	88,9
Roraima	87,2	59,6	68,5	100,0	73,8	76,2
Santa Catarina	99,6	78,7	70,2	100,0	80,8	82,5
São Paulo	100,0	43,9	69,4	100,0	67,3	56,6
Sergipe	80,4	73,9	61,8	79,5	75,1	63,1
Tocantins	90,1	72,9	58,4	100,0	73,0	51,4

Painel 2.

Vulnerabilidade à pandemia



<https://tinyurl.com/painelcovid192>

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA		
	POBREZA		
	População vivendo com renda abaixo da linha de pobreza		
	taxa da população vivendo com menos de \$1.90 (PPC 2011) 2018	taxa da população vivendo com menos de \$5.50 (PPC 2011) 2018	% de famílias atualizadas no Cadastro Único acessando o PBF
Brasil	6,5	25,3	55,2
Acre	14,4	41,4	72,4
Alagoas	17,2	48,4	70,5
Amapá	9,8	45,8	62,9
Amazonas	13,8	45,7	67,6
Bahia	12,9	42,9	66,8
Ceará	12,5	42,6	65,6
Distrito Federal	3,1	13,1	50,7
Espírito Santo	4,0	20,8	42,9
Goiás	3,1	18,4	41,2
Maranhão	19,9	53,0	73,1
Mato Grosso	2,4	15,2	33,6
Mato Grosso do Sul	2,9	16,5	32,8
Minas Gerais	3,5	19,9	44,6
Pará	11,8	44,3	68,1
Paraíba	11,2	40,0	71,6
Paraná	2,7	13,7	31,3
Pernambuco	11,4	41,1	66,4
Piauí	14,1	41,9	73,7
Rio de Janeiro	3,8	18,4	54,9
Rio Grande do Norte	10,3	38,0	62,9
Rio Grande do Sul	1,9	13,1	40,2
Rondônia	4,7	25,5	35,6
Roraima	8,4	32,6	52,4
Santa Catarina	1,4	8,0	31,6
São Paulo	2,7	13,4	40,7
Sergipe	13,9	44,1	68,3
Tocantins	6,6	31,5	45,0

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA						
	POBREZA						
	Pobreza infantil multidimensional e privações estruturais						
	Pobreza Infantil Multidimensional (PIM) (2018)	PIM - Privação Renda (2018)	PIM - Privação em Educação (2018)	PIM - Privação em Informação (2018)	PIM - Privação em Habitação (2018)	PIM - Privação em Água (2018)	PIM - Privação em Saneamento (2018)
Brasil	57,8	31,7	12,7	8,6	13,1	6,5	28,6
Acre	79,4	49,6	16,3	18,9	40,9	27,0	56,4
Alagoas	80,0	57,6	19,8	16,7	11,8	15,5	39,0
Amapá	95,1	50,9	17,2	10,1	37,5	12,9	83,0
Amazonas	88,6	53,7	17,0	16,7	49,4	17,3	62,5
Bahia	70,6	49,5	21,0	13,5	9,9	9,3	24,6
Ceará	74,4	49,0	10,5	14,0	11,8	12,2	41,1
Distrito Federal	34,4	15,4	10,6	2,6	8,9	0,5	10,0
Espírito Santo	44,9	25,3	12,8	5,0	8,7	0,4	11,5
Goiás	58,8	21,1	10,5	4,0	7,1	3,7	40,5
Maranhão	88,6	58,3	18,0	22,0	19,8	25,1	64,4
Mato Grosso	71,1	17,6	8,6	8,1	12,2	3,4	54,8
Mato Grosso do Sul	62,7	21,5	13,4	4,9	9,8	1,0	46,3
Minas Gerais	40,4	24,6	8,5	5,5	5,4	1,6	11,0
Pará	90,4	48,2	23,1	15,6	21,0	16,8	67,6
Paraíba	72,6	48,1	17,4	10,2	9,0	14,5	38,3
Paraná	43,8	16,0	8,2	6,2	8,4	1,7	21,9
Pernambuco	69,6	45,8	14,7	11,1	9,5	14,6	31,8
Piauí	90,3	48,0	17,4	17,7	10,8	15,8	71,4
Rio de Janeiro	45,7	23,6	12,8	3,6	14,9	1,2	11,6
Rio Grande do Norte	83,1	47,6	17,8	10,9	11,1	8,1	57,9
Rio Grande do Sul	50,3	19,2	13,3	5,4	15,1	0,5	20,4
Rondônia	85,0	29,0	11,5	9,5	10,9	5,0	70,0
Roraima	75,9	39,3	11,5	10,6	28,1	7,7	47,8
Santa Catarina	48,6	9,8	7,7	4,4	9,5	1,3	31,5
São Paulo	34,6	18,0	7,2	4,1	13,6	0,6	5,6
Sergipe	69,9	50,6	21,1	10,4	8,8	8,8	31,5
Tocantins	76,9	36,6	10,8	10,3	12,4	4,0	57,8

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA					
	ECONOMIA					
	Vulnerabilidade econômica imediata					
	Percentual da população, com 14 ou mais anos de idade, empregada em trabalhos formais	Percentual da população, com 14 ou mais anos de idade, empregada em trabalhos informais	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda do trabalho o setor privado (exclusive o trab. dom.)	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda do trabalho o setor público	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda o trabalho doméstico	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda o trabalho autônomo
Brasil	56,4	43,6	48,1	12,3	6,7	26,0
Acre	45,1	54,6	32,2	22,4	6,3	32,2
Alagoas	48,4	51,6	43,7	17,8	6,6	26,9
Amapá	39,8	60,5	28,6	21,7	6,0	37,3
Amazonas	37,0	62,9	35,6	14,5	4,4	32,6
Bahia	41,4	58,6	43,3	12,8	7,2	30,0
Ceará	41,7	58,3	44,4	12,6	7,3	29,1
Distrito Federal	68,2	31,8	45,3	21,6	7,9	19,4
Espírito Santo	55,2	44,8	47,5	12,7	6,6	25,3
Goiás	56,2	43,9	47,6	12,6	8,0	25,6
Maranhão	33,4	66,6	38,2	16,4	6,8	32,7
Mato Grosso	56,0	43,9	49,1	11,5	6,9	26,1
Mato Grosso do Sul	56,7	43,3	47,0	14,5	7,8	22,6
Minas Gerais	56,5	43,5	47,9	11,8	7,5	24,9
Pará	32,5	67,5	33,9	14,6	6,4	35,9
Paraíba	42,4	57,6	38,5	17,4	6,4	31,5
Paraná	65,2	34,8	50,8	10,5	6,1	24,6
Pernambuco	46,4	53,6	45,3	13,8	6,3	29,1
Piauí	34,8	65,0	34,0	16,0	7,5	32,0
Rio de Janeiro	60,3	39,7	46,8	13,9	7,0	28,3
Rio Grande do Norte	47,9	52,1	41,8	17,4	6,6	28,4
Rio Grande do Sul	64,1	35,9	48,8	11,8	5,8	25,2
Rondônia	50,7	49,4	40,5	16,4	4,7	29,7
Roraima	46,3	53,2	33,9	23,9	7,3	27,5
Santa Catarina	70,9	29,1	55,5	10,1	4,8	22,3
São Paulo	67,8	32,2	56,9	8,9	6,7	21,4
Sergipe	43,2	56,8	43,1	14,5	7,3	28,0
Tocantins	44,4	55,9	37,8	21,8	7,4	25,7

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA			
	INFRAESTRUTURA			
	Vulnerabilidade em infraestrutura			
	% de pessoas residindo em domicílios com ausência de abastecimento de água por rede geral (2018)	% de pessoas residindo em domicílios com ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (2018)	% de pessoas residindo em domicílios com ausência de coleta direta ou indireta de lixo (2018)	% de aglomerados subnormais
Brasil	15,1	35,7	9,7	-
Acre	45,9	64,5	23,5	8,5
Alagoas	22,8	58,2	14,6	6,7
Amapá	40,9	85,7	6,4	21,6
Amazonas	28,2	68,6	17,8	34,6
Bahia	16,1	44,5	16,5	10,6
Ceará	21,3	58,2	18,1	9,2
Distrito Federal	5	13,5	2,1	6,6
Espírito Santo	14,4	21,8	8,7	26,1
Goiás	12,3	46	6	1,5
Maranhão	30	78,5	32,6	7,8
Mato Grosso	20	66,3	13,7	2
Mato Grosso do Sul	11,9	52,3	7,7	0,7
Minas Gerais	11,3	18,6	8,4	3,4
Pará	50,4	85,7	25,1	19,7
Paraíba	24	50,8	16,8	5,1
Paraná	9,7	30,8	6,9	3,6
Pernambuco	23,9	45,2	15,1	10,5
Piauí	14,9	93	28	5,5
Rio de Janeiro	11,3	12,1	1,1	12,6
Rio Grande do Norte	14,9	76,8	11,9	4
Rio Grande do Sul	10,2	30,7	5,1	3,5
Rondônia	58	90,6	22,5	4,4
Roraima	13,1	60	15,8	2,1
Santa Catarina	16,5	43,5	4,7	1,5
São Paulo	4,2	7,7	1,3	7,1
Sergipe	13,8	46,8	11	7,4
Tocantins	18,5	70	16,6	2,1

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA				
	EDUCAÇÃO				
	Perfil da educação				
	Taxa de analfabetismo para população de 15 anos ou mais	Número médio de anos de estudo para população com 15 anos ou mais (2018)	% de dependência da educação básica no setor público	% de dependência da educação básica no setor privado	% da população de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não estão ocupados (2018)
Brasil	11,7	8,8	95,3	4,7	28,9
Acre	17,1	7,9	82,6	17,4	37,2
Alagoas	5,5	9,9	90,3	9,7	28,6
Amapá	5,4	9,7	92,5	7,5	25,1
Amazonas	12,9	8,3	83,5	16,5	28,2
Bahia	6,6	9,5	80,9	19,1	23,0
Ceará	13,6	8,6	80,6	19,3	28,5
Distrito Federal	2,7	11,4	70,2	29,7	19,0
Espírito Santo	5,3	9,5	87,8	12,2	23,1
Goiás	5,1	9,5	80,8	19,2	18,8
Maranhão	15,6	8,1	88,1	11,9	32,9
Mato Grosso	6,2	9,3	87,4	12,6	20,4
Mato Grosso do Sul	5,1	9,4	86,5	13,5	18,0
Minas Gerais	5,5	9,3	83,9	16,1	18,7
Pará	8,4	8,8	89,7	10,3	25,6
Paraíba	16,1	8,1	79,9	20,1	26,0
Paraná	4,6	9,6	82,3	17,7	17,7
Pernambuco	11,9	8,9	76,5	23,5	29,9
Piauí	16,0	8,0	87,4	12,6	26,4
Rio de Janeiro	2,1	10,5	68,9	31,1	23,5
Rio Grande do Norte	13,4	8,7	79,1	20,9	27,9
Rio Grande do Sul	2,6	9,7	80,8	19,2	16,3
Rondônia	6,4	8,8	89,5	10,4	23,8
Roraima	5,0	10,1	90,5	9,5	24,8
Santa Catarina	2,3	9,9	83,0	17,0	14,1
São Paulo	2,6	10,6	76,0	24,0	20,6
Sergipe	13,5	8,3	77,8	22,2	28,6
Tocantins	9,7	9,0	88,9	11,1	23,5

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA				
	EDUCAÇÃO				
	Vulnerabilidade em educação de crianças e adolescentes				
	IDEB observado anos finais do ensino fundamental da rede pública	% de abandono escolar - anos finais do Ensino Fundamental (2018)	% de abandono escolar no Ensino Médio (2018)	Taxa de distorção idade-série - anos finais do Ensino Fundamental - Rede Pública	Taxa de distorção idade-série - anos no Ensino Médio - Rede Pública
Brasil	4,9	2,4	6,1	26,5	28,9
Acre	4,8	3,3	6,3	29,7	29,5
Alagoas	4,5	4,9	8,2	35,3	36,4
Amapá	3,8	4,1	10,4	37,9	37,9
Amazonas	4,5	4,2	10,5	30,9	41,4
Bahia	3,8	5,3	9,0	42,3	45,2
Ceará	5,2	1,5	4,6	19,5	25,2
Distrito Federal	4,6	1,4	3,6	26,7	28,6
Espírito Santo	4,7	1,2	2,8	31,6	28,0
Goiás	5,1	1,3	2,5	20,3	21,7
Maranhão	4,0	3,7	6,7	31,8	33,7
Mato Grosso	4,5	1,1	9,4	11,2	25,5
Mato Grosso do Sul	4,6	2,4	7,4	31,7	31,9
Minas Gerais	4,7	2,2	7,8	18,8	24,2
Pará	3,9	5,6	12,8	41,7	49,8
Paraíba	3,9	4,8	9,5	37,5	36,1
Paraná	5,1	1,7	6,3	18,7	20,4
Pernambuco	4,5	2,0	1,2	30,5	25,7
Piauí	4,6	3,0	9,0	34,6	37,7
Rio de Janeiro	4,4	1,8	4,3	37,2	40,8
Rio Grande do Norte	3,6	4,2	8,6	41,9	46,0
Rio Grande do Sul	4,5	1,6	7,4	33,0	33,0
Rondônia	4,8	2,4	6,6	25,1	29,8
Roraima	4,1	3,4	7,8	27,2	28,2
Santa Catarina	4,9	0,8	5,3	21,6	24,1
São Paulo	5,2	1,0	3,2	12,5	13,4
Sergipe	3,6	4,2	8,5	46,6	48,2
Tocantins	4,5	2,0	4,9	27,0	28,4

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA				
	SAÚDE				
	Vulnerabilidades na Saúde Materno-Infantil				
	Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos) 2018	Razão da mortalidade materna (2018)	% de nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos de idade	% de crianças de 0 a 5 anos de idade usuárias do SUS com baixo peso para a idade	% de crianças de 0 a 5 anos de idade usuárias do SUS com peso elevado para a idade
Brasil	15,2	59,1	14,0	3,5	7,7
Acre	19,5	54,4	22,5	4,6	4,6
Alagoas	16,0	49,5	20,1	3,9	9,0
Amapá	25,7	88,3	20,1	5,4	3,9
Amazonas	21,7	108,4	22,3	7,2	5,8
Bahia	18,9	60,8	16,1	3,8	8,0
Ceará	15,6	68,4	14,5	2,2	9,8
Distrito Federal	11,5	54,3	9,9	3,0	4,4
Espírito Santo	12,4	63,9	12,7	2,1	7,5
Goiás	16,3	64,7	13,3	4,3	7,2
Maranhão	19,2	90,6	21,5	5,4	6,9
Mato Grosso	17,8	58,0	15,1	3,0	6,6
Mato Grosso do Sul	13,5	84,9	15,3	2,7	6,6
Minas Gerais	14,4	51,2	11,7	2,9	6,6
Pará	18,9	81,4	21,3	4,7	4,7
Paraíba	15,8	53,2	15,6	2,9	8,4
Paraná	12,2	38,4	11,8	2,0	7,0
Pernambuco	15,4	59,2	16,4	3,2	9,8
Piauí	20,6	105,8	17,5	3,3	7,1
Rio de Janeiro	14,7	61,7	13,3	4,3	9,3
Rio Grande do Norte	16,1	58,6	14,8	3,1	8,6
Rio Grande do Sul	11,4	40,3	10,7	2,5	8,1
Rondônia	15,6	47,8	16,1	2,8	10,5
Roraima	25,1	100,6	20,6	2,4	9,8
Santa Catarina	10,8	35,1	10,0	2,6	7,3
São Paulo	12,4	50,0	10,1	3,1	8,4
Sergipe	19,4	58,8	16,4	2,2	9,7
Tocantins	18,3	59,1	17,8	3,5	6,8

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA						
	VIOÊNCIA						
	Vulnerabilidade na Proteção de Crianças e Adolescentes				Vulnerabilidade de gênero		
	% de nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos de idade	Taxa de homicídios de adolescentes de 10 a 19 anos (2018)	Taxa de suicídios de crianças e adolescentes (2018)	% de denúncias de violência sexual contra Crianças e Adolescentes (2018)	Taxa de feminicídios por cem mil mulheres	Taxa de estupros por cem mil mulheres	Taxa de lesão corporal dolosa por cem mil pessoas - violência doméstica
Brasil	0,7	29,4	3,1	21,4	1,2	57,1	229,7
Acre	1,5	49,4	7,4	29,2	2,5	35,9	136,1
Alagoas	1,2	47,0	1,9	18,2	2,5	41,7	90,3
Amapá	1,1	56,5	10,3	21,7	1,7	115,3	139,3
Amazonas	1,6	28,4	7,6	22,0	0,6	42,4	134,1
Bahia	0,9	52,4	1,1	23,4	1,3	39,8	154,9
Ceará	0,8	61,2	3,4	20,0	0,7	37,2	
Distrito Federal	0,4	19,7	4,4	15,4	2,0	48,7	201,9
Espírito Santo	0,5	36,8	2,1	18,7	1,7	72,1	120,9
Goiás	0,6	39,7	5,4	23,6	1,2	83,0	252,5
Maranhão	1,2	20,3	2,1	19,6	1,4	34,9	203,5
Mato Grosso	0,8	18,8	3,6	30,1	2,3	113,7	601,4
Mato Grosso do Sul	0,9	15,8	10,4	17,3	2,1	155,2	365,2
Minas Gerais	0,4	16,9	2,7	18,3	1,3	43,0	210,5
Pará	1,3	41,6	3,5	28,0	1,1	73,7	152,2
Paraíba	0,8	29,0	3,1	23,4	1,8	7,8	155,8
Paraná	0,5	17,9	3,9	20,9	1,5	99,6	305,4
Pernambuco	0,8	43,2	1,6	22,3	1,2	43,4	197,3
Piauí	0,9	13,1	4,6	22,0	1,7	43,0	177,1
Rio de Janeiro	0,6	52,6	1,8	18,3	0,9	52,0	284,5
Rio Grande do Norte	0,9	64,4	2,7	15,3	1,2	25,0	232,0
Rio Grande do Sul	0,4	26,5	4,0	24,1	1,7	70,6	360,4
Rondônia	0,7	14,5	6,0	19,5	0,8	127,1	430,1
Roraima	1,3	75,9	7,2	14,4	2,0	106,9	164,1
Santa Catarina	0,3	11,4	4,7	23,8	1,6	95,8	428,3
São Paulo	0,3	6,9	2,5	15,2	0,8	49,7	233,4
Sergipe	1,0	43,6	2,4	12,5	1,8	52,1	70,7
Tocantins	1,0	29,7	5,5	26,9	0,6	86,6	343,8

ANEXO 2. Metadados

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Índice de Desenvolvimento Humano Educação – IDHM E
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Índice de Desenvolvimento Humano Renda – IDHM R
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Índice de Desenvolvimento Humano Longevidade – IDHM L
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Gini da renda
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Infantil
Indicador	Cobertura vacinal Tríplice Viral D1
Ano	2018
Fonte	Sistema de Informação do Programa Nacional de Imuni-zações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS)
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpni-br.def

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Infantil
Indicador	Percentual de partos de mães com sete ou mais de consultas de pré-natal
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Infantil
Indicador	Percentual de crianças de 4 a 5 anos matriculadas na escola
Ano	2018
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Infantil
Indicador	Sífilis Congênita - Casos confirmados notificados por 1.000 nascidos vivos
Ano	2018
Fonte	Boletim Epidemiológico da SVS/MS
Link	http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-sifilis-2019

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Assistência Social
Indicador	Quantidade de famílias acompanhadas pelo PAIF pelo total de famílias no Cadastro Único por UF
Ano	2018
Fonte	Censo SUAS - RMA CRAS
Link	http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Percentual da população acima de 60 anos
Ano	2019
Fonte	IBGE
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Número de médicos (por 10.000 habitantes)
Ano	2019
Fonte	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2020. Estatísticas de médicos. Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_estatistica . Acesso em: 6 maio 2020.
Link	http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_estatistica . Acesso em: 6 maio 2020.

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Número de enfermeiros (por 10.000 habitantes)
Ano	2019
Fonte	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Enfermagem em números.
Link	http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros Acesso em: 7 maio 2020.

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Número de leitos hospitalares e complementares (por 10.000 habitantes)
Ano	2019
Fonte	DATASUS
Link	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204&id=11663

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde (públicos e privados)
Indicador	Número de leitos complementares
Ano	2019
Fonte	DATASUS
Link	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204&id=11663

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Número de respiradores (por 10.000 habitantes)
Ano	2019
Fonte	DATASUS
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?c-nes/cnv/equipobr.def

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Percentual da população atendida exclusivamente pelo SUS
Ano	2019
Fonte	ANS
Link	http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Percentual da população coberta por planos de saúde suplementar
Ano	2019
Fonte	ANS
Link	http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	População coberta – Equipes Saúde da Família
Ano	2019
Fonte	Painéis de Indicadores – Atenção Primária à Saúde
Link	https://sisaps.saude.gov.br/painelsaps/saude-familia

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Saúde Materno-Infantil
Indicador	Proporção de óbitos infantis investigados
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/inf10uf.def

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Saúde Materno-Infantil
Indicador	Proporção de óbitos maternos investigados
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2017
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/mat10uf.de

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil do sistema de ensino
Indicador	Média de alunos por turma
Ano	2019
Fonte	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica >
Link	http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil do sistema de ensino
Indicador	Percentual de docentes com curso superior
Ano	2019
Fonte	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2020.
Link	http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Infraestrutura nas escolas
Indicador	Percentual de escolas da educação básica que têm acesso a água via rede pública
Ano	2018
Fonte	Qedu apud Censo Escolar/INEP
Link	https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Infraestrutura nas escolas
Indicador	Percentual de escolas da educação básica que têm acesso a esgoto via rede pública (pública e privada)
Ano	2018
Fonte	Qedu apud Censo Escolar/INEP
Link	https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Infraestrutura nas escolas
Indicador	Percentual de escolas da educação básica que têm laboratório de ciências (pública e privada)
Ano	2018
Fonte	Qedu apud Censo Escolar/INEP
Link	https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Conectividade
Área temática	Cobertura da rede no país
Indicador	Densidade dos acessos na telefonia móvel por 100 habitantes
Ano	2019
Fonte	Anatel
Link	https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefonia-movel

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Conectividade
Área temática	Cobertura da rede no país
Indicador	Densidade dos acessos de banda larga fixa a cada 100 domicílios
Ano	2019
Fonte	Anatel
Link	https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Conectividade
Área temática	Cobertura da rede no país
Indicador	Existência de utilização de internet no domicílio
Ano	2018
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Conectividade
Área temática	Conectividade da rede de ensino
Indicador	Recursos tecnológicos disponíveis nas escolas (fundamental e médio)
Ano	2019
Fonte	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica >
Link	http://portal.inep.gov.br/web/guest/lista-de-publicacoes

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	População vivendo com renda abaixo da linha de pobreza
Indicador	Percentual da população vivendo com menos de US\$1.90 PPC 2011
Ano	2018
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	População vivendo com renda abaixo da linha de pobreza
Indicador	Percentual da população vivendo com menos de US\$5.50 PPC 2011
Ano	2018
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	População vivendo com renda abaixo da linha de pobreza
Indicador	Percentual de famílias cadastradas no Cadastro Único acessando o PBF
Ano	2019
Fonte	MC, Cadastro Único para Programas Sociais (Acessado em 09/07/2020)
Link	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	Pobreza Infantil Multidimensional
Indicador	Pobreza Infantil Multidimensional (PIM)
Ano	2018
Fonte	“Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil” - UNICEF 2018
Link	https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-02/br_bem_estar_e_privacoes_multiplas.pdf

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	Pobreza Infantil Multidimensional
Indicador	PIM – Privação em Renda (índice geral), Educação, Informação, Habitação, Água e Saneamento
Ano	2018
Fonte	“Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil” - UNICEF 2018
Link	https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-02/br_bem_estar_e_privacoes_multiplas.pdf

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais empregada em trabalhos formais
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais empregada em trabalhos informais
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda do trabalho o setor público
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda do trabalho o setor privado (exclusive o trabalho doméstico.)
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda o trabalho doméstico
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda o trabalho autônomo
Ano	2019
Fonte	PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Infraestrutura
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual de pessoas residindo em domicílios com ausência de abastecimento de água por rede geral
Ano	2018
Fonte	IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas.
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Infraestrutura
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual de pessoas residindo em domicílios com ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial
Ano	2018
Fonte	IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas.
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Infraestrutura
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual de pessoas residindo em domicílios com ausência de coleta direta ou indireta de lixo
Ano	2018
Fonte	IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas.
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Infraestrutura
Área temática	Vulnerabilidade em infraestrutura
Indicador	Percentual de aglomerados subnormais
Ano	2019
Fonte	Estimativa de domicílios ocupados realizada para a operação do Censo Demográfico 2020 conforme descrito em nota metodológica da Malha Territorial 2019 para enfrentamento da pandemia por COVID.
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil da educação
Indicador	Taxa de analfabetismo para população de 15 anos ou mais
Ano	2018
Fonte	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil da educação
Indicador	Percentual da população de 15 a 29 anos de idade que não estuda e não está ocupada
Ano	2018
Fonte	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7163

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil da educação
Indicador	Percentual de dependência da educação básica no setor público
Ano	2019
Fonte	Censo Escolar
Link	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil da educação
Indicador	Percentual de dependência da educação básica no setor privado
Ano	2019
Fonte	Censo Escolar
Link	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica >

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	IDEB observado anos finais do Ensino Fundamental da rede pública
Ano	2019
Fonte	Inep IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Link	http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?-cid=4234656

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	Percentual de abandono escolar - anos finais do Ensino Fundamental (2018)
Ano	2018
Fonte	Inep IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Link	https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	Percentual de abandono escolar no Ensino Médio (2018)
Ano	2018
Fonte	Inep IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Link	https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	Taxa de distorção idade-série - anos finais do Ensino Fundamental - Rede Pública
Ano	2019
Fonte	Censo da Educação Básica 2019/INEP
Link	https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	Taxa de distorção idade-série - anos no Ensino Médio - Rede Pública
Ano	2019
Fonte	Censo da Educação Básica 2019/INEP
Link	https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/CGIAE - Busca Ativa
Link	http://svs.aids.gov.br/dantps/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/busca-ativa/indicadores-de-saude/mortalidade/

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Razão da mortalidade materna
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/CGIAE - Busca Ativa
Link	http://svs.aids.gov.br/dantps/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/busca-ativa/indicadores-de-saude/mortalidade/

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Percentual de nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos de idade
Ano	2019
Fonte	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Percentual de crianças de 0 a 5 anos de idade usuárias do SUS com baixo peso para a idade
Ano	2019
Fonte	Relatórios SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
Link	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Percentual de crianças de 0 a 5 anos de idade usuárias do SUS com peso elevado para a idade
Ano	2019
Fonte	Relatórios SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
Link	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidade à violência – crianças e adolescentes
Indicador	Percentual de nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos de idade
Ano	2019
Fonte	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidade à violência – crianças e adolescentes
Indicador	Taxa de homicídios de adolescentes de 10 a 19 anos
Ano	2018
Fonte	SIM-TabNET DataSUS. Dados referentes aos CIDs X85 a Y09 e Y35 a Y36. IBGE Projeção da população para o período 2000-2030 (Tabelas 2013).
Link	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937 e https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=resultados

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidade à violência – crianças e adolescentes
Indicador	Taxa de suicídios de crianças e adolescentes
Ano	2018
Fonte	SIM-TabNET DataSUS. IBGE Projeção da população para o período 2000-2030
Link	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937 e https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=resultados

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidade à violência – crianças e adolescentes
Indicador	Percentual de denúncias de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
Ano	2018
Fonte	MDH - Balanço Geral Disque 100
Link	https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidades de gênero
Indicador	Taxa de feminicídios por cem mil mulheres
Ano	2019
Fonte	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019
Link	https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidades de gênero
Indicador	Taxa de estupros por cem mil mulheres
Ano	2019
Fonte	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019
Link	https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidades de gênero
Indicador	Taxa de lesão corporal dolosa por cem mil pessoas - violência doméstica
Ano	2019
Fonte	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019
Link	https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/

